



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Diretoria de Documentação Judiciária
BIBLIOTECA

INFORME BIBLIOGRÁFICO

SUMÁRIOS CORRENTES E NOVAS AQUISIÇÕES

RECIFE

JULHO

2009

INFORMATIVO

FECHAMENTO: 05/06/2009 – EXPEDIÇÃO: 07/06/2009 – ANO 29 – 2009 – PÁGINAS: 436/421 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 23

Sumário

ATOS DO JUDICIÁRIO

- **STF:** Cópias de peças processuais –
Permissão para estagiários e prepostos435
- **STF:** *Habeas Corpus* – Alteração do
artigo 192 do Regimento435
- **STF:** Repercussão Geral – Alteração do
artigo 324 do Regimento435
- **TJ-RJ:** Celeridade processual – Prazo
para juntada das petições434
- **TJ-RS:** Precatórios e RPV'S – Carga à
Procuradoria-Geral de processos
pendentes de julgamento434

ATOS DO LEGISLATIVO

- Fundo Soberano do Brasil –
Fim da vigência da MP 452/2008433
- Legislação tributária federal – Alterações433

ATOS INSTITUCIONAIS

- ANEEL: Ressarcimento por danos elétricos –
Nova Súmula433

LEMBRETE

- Elisão, evasão e elusão fiscal – Breves
esclarecimentos e notas distintas432

DOUTRINAS

- O Supremo Tribunal Federal tem extrapolado
seu limite? Não – **Luís Roberto Barroso**432
- Sete semanas para o sucesso de um
escritório – Etapas básicas para

- implementação do *marketing*
jurídico – **Ari Lima**431
- O DVD da Haia –
Francisco César Pinheiro Rodrigues429

ESTUDO DE CASOS

- Avaliação – Oficial de Justiça – Ausência
de habilitação técnica427
- Bloqueio automático de cartão –
Suspeita de fraude425

NOTICIÁRIO

- Destaques da semana**424
- AGU impede indenizações de terras da União
- Cobrança de débitos em ambiente de trabalho
gera indenização
- Lei de cotas entrará em vigor em 2010
- STJ aprova as Súmulas 383, 384 e 385
- STJ pacifica mais três questões repetitivas
- Suspensa sentença que determinou a entrega do
menor a pai estrangeiro
- TST garante direito à emenda da inicial, em pro-
cesso julgado extinto
- Projetos de lei**422
- Aprovada gorjeta mínima de 10% sobre as con-
tas
- Câmara aprova novo sistema de atendimento a
infratores
- CCJ torna nulo ato de tabelião praticado fora de
município
- Demissão de gestante somente poderá ser permi-
tida após a apuração de falta grave
- Prisão em período eleitoral pode ser admitida em
caso de crimes contra a vida
- Concursos públicos**421

JURISPRUDÊNCIA

FECHAMENTO: 05/06/2009 – EXPEDIÇÃO: 07/06/2009 – ANO 29 – 2009 – PÁGINAS: 368/353 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 23

TEMAS EM DESTAQUE

PROCESSO CIVIL

Competência

- É nula, por obstar o acesso à Justiça, a cláusula de eleição de foro distante do domicílio de escritório de advocacia hipossuficiente, que adere a pacto de prestação de serviços.

Honorários de advogado

- Nos embargos do devedor, os honorários advocatícios devem ser fixados de forma autônoma e independente em cada uma das ações, não podendo a soma ultrapassar o teto máximo.

CIVIL E COMERCIAL

Alimentos gravídicos

- Para a fixação dos alimentos gravídicos basta que existam indícios de paternidade suficientes para o convencimento do juiz.

Seguro obrigatório

- O prazo prescricional para cobrança do seguro DPVAT é de três anos, tendo como termo inicial o da data da ciência da invalidez pelo segurado.

PENAL E PROCESSO

Falsa identidade

- A circunstância de identificar-se com nome diverso, para ocultar o fato de estar foragido do sistema prisional, constitui exercício de autodefesa, não tipificando delito algum.

Pena-base

- Fixada a pena-base no mínimo legal, por circunstâncias judiciais favoráveis, não é cabível infligir regime prisional mais gravoso com base na gravidade genérica do delito.

TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Execução de sentença

- A imposição de multa, em caso de inadimplência da obrigação judicialmente reconhecida, não se incompatibiliza com o Processo do Trabalho.

Salário

- O empregado que exerce função de caixa deve responder pelas diferenças apuradas nos valores sob sua guarda, sendo lícitos os descontos pertinentes.

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

Direito à saúde

- Demonstrada a efetiva necessidade de medicamento específico, cumpre ao ente público fornecê-lo, ainda que não esteja incluído em programa padronizado.

Funcionalismo público

- As vantagens de natureza *pro labore faciendo* só se justificam quando o servidor estiver em efetivo exercício no serviço público, não incidindo no período de licença maternidade.

TRIBUTÁRIO

Execução fiscal

- A imunidade jurisdicional dos Estados estrangeiros deve ser afastada apenas quando em discussão matérias de ordem estritamente privada.

Imposto predial e territorial urbano

- A existência de possuidor apto a ser considerado contribuinte do IPTU não implica a exclusão automática, do polo passivo da obrigação tributária, do titular do domínio.

INFORMATIVO

FECHAMENTO: 12/06/2009 – EXPEDIÇÃO: 14/06/2009 – ANO 29 – 2009 – PÁGINAS: 448/437 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 24

Sumário

ATOS DO EXECUTIVO

- Contribuição social: Restituição de valores pagos indevidamente – Procedimentos para requerimento447
- Programa de Aceleração do Crescimento: Ações por meio de transferência obrigatória – Competência e diretrizes447
- Trânsito: Contratos de financiamento de veículos – Registro e lançamento do gravame.....446

ATOS DO JUDICIÁRIO

- STF: Prestação de serviço voluntário – Instituição446
- STJ: Jurisprudência dominante – Novas Súmulas.....445

ATOS INSTITUCIONAIS

- AGU: Advocacia voluntária – Ocupantes de cargos efetivos445

LEMBRETE

- Concursos material e formal de crimes.....444

DOCTRINAS

- União estável anterior ao casamento – José Carlos Teixeira Giorgis444
- Redução retroativa das multas impostas nos autos de infração previdenciários – Leonardo Ribeiro Pessoa443
- O STF está assumindo um ativismo judicial sem precedentes? – Luiz Flávio Gomes441

ESTUDO DE CASOS

- Ação de reintegração de posse – Legitimidade passiva440
- Casa de albergado – Ausência de vagas438

NOTICIÁRIO

- Concursos públicos437

JURISPRUDÊNCIA

FECHAMENTO: 12/06/2009 – EXPEDIÇÃO: 14/06/2009 – ANO 29 – 2009 – PÁGINAS: 384/369 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 24

TEMAS EM DESTAQUE

Processo Civil

Ação monitória

♦ Reconhecida a existência de prova documental da dívida, não se exige que os documentos que instruem a ação monitória demonstrem a liquidez do débito objeto da cobrança.

Execução

♦ A inércia em manifestar-se acerca do valor já levantado, após intimação judicial, não é fundamento para extrair-se a presunção de que houve renúncia a eventual crédito.

Civil e Comercial

Falência

♦ Não está sujeito a concursos de credores ou habilitação em falência crédito tributário, que deverá ser reclamado por meio de execução fiscal.

Responsabilidade civil

♦ Eventual ilicitude do rompimento de noivado somente se admite quando o término da relação é feito de forma abusiva, ferindo a dignidade da pessoa rejeitada.

Penal e Processo

Ação penal pública

♦ O inquérito policial é dispensável, já que o Ministério Público pode embasar seu pedido em peças de informação que concretizem justa causa para a denúncia.

Revisão criminal

♦ O ajuizamento de ação revisional não tem o condão de suspender a execução da sentença penal condenatória.

Trabalho e Previdência Social

Prescrição

♦ Não há interrupção do prazo de prescrição pelo fato de o reclamante receber auxílio-doença.

Rescisão indireta

♦ Assim como é exigido do empregador reação imediata, diante da prática de ato faltoso por parte do empregado, a mesma conduta deve ser exigida do empregado.

Constitucional e Administrativo

Concurso público

♦ O candidato aprovado em concurso público, dentro do número de vagas previstas em edital, possui direito à nomeação e à posse.

Servidão administrativa

♦ A constituição de servidão administrativa não enseja a perda do domínio da área declarada de utilidade pública, como ocorreria se o bem tivesse sido desapropriado.

Tributário

Contribuição previdenciária

♦ É de cinco anos o prazo decadencial para a constituição do crédito tributário relativo a contribuições previdenciárias.

Simplex nacional

♦ As microempresas e as empresas de pequeno porte optantes pelo Simplex Nacional não farão jus à apropriação, nem à transferência de créditos relativos a impostos e contribuições.

INFORMATIVO

FECHAMENTO: 19/06/2009 – EXPEDIÇÃO: 21/06/2009 – ANO 29 – 2009 – PÁGINAS: 466/449 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 25

Sumário

ATOS DO EXECUTIVO

- Casa própria: Programa Minha Casa, Minha Vida – Programa habitacional popular465
- Débito fiscal: Recurso voluntário – Inexigibilidade de depósito a partir de 2008.....465
- Débito fiscal: Recurso voluntário – Inexigibilidade do arrolamento de bens e direitos464
- Prisão de segurança máxima: Transferência de presos – Regulamentação464

ATOS DO JUDICIÁRIO

- CNJ: Cadastro Nacional de Adolescentes – Inspeção em estabelecimentos e entidades.....464
- CNJ: Poder Judiciário – Transparência na divulgação das atividades.....463
- CNJ: Serviços notariais e de registro – Vacância das unidades e regras de preservação.....463
- CNJ: Suspeição por foro íntimo – Regulamentação.....462
- STJ: Férias – Suspensão dos prazos para recursos.....462

ATOS DO LEGISLATIVO

- Educação básica: Alimentação escolar – Programa Dinheiro Direto na Escola461

ATOS INSTITUCIONAIS

- AGU: Termos de ajustamento de conduta – Procedimentos nas tratativas e assinaturas.....461
- ANVISA: Consumo de formol – Proibição na exposição, venda e entrega460
- CNMP: Portal da transparência – Instituição.....460

LEMBRETE

- Licitação – Preferência das microempresas e empresas de pequeno porte.....459

DOCTRINAS

- Fatos geradores confrontantes – Kiyoshi Harada.....459
- Contratos de adesão e cláusulas abusivas – Amanda de Abreu Cerqueira Carneiro.....457
- O princípio da eticidade – Marco Aurélio Bicalho de Abreu Chagas455

ESTUDO DE CASOS

- Nota fiscal – Ação monitória – Admissibilidade.....454
- Responsabilidade civil – Rompimento de noivado.....453

NOTICIÁRIO

Destaques da semana451

- DPVAT: Nova prova é necessária quando existe laudo médico
- Empresas de telefonia celebram acordo com CNJ
- Exame contra câncer deve ser custeado
- Frustração na noite de núpcias gera obrigação de indenizar
- Jornalismo: Para STF, a exigência de diploma é inconstitucional
- Lanche com brinquedo: MP/SP entra com ação para suspender venda
- Novas regras para a propaganda, publicidade e promoção comercial de medicamentos

Projetos de lei450

- Aprovado horário unificado em todo o Brasil
- Cooperativas de crédito podem ter jornada equiparada à de bancos
- Diretrizes gerais para reforma tributária ambiental
- Envio de cobranças dez dias antes do vencimento
- Proibição de venda de bebida em embalagem de vidro em boate
- Reconhecimento automático dos diplomas dos países que compõem o Mercosul

Concursos públicos449

JURISPRUDÊNCIA

FECHAMENTO: 19/06/2009 – EXPEDIÇÃO: 21/06/2009 – ANO 29 – 2009 – PÁGINAS: 400/385 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 25

TEMAS EM DESTAQUE

Processo Civil

Ação demolitória

- ♦ O meio ambiente, direito de terceira geração, de interesse difuso e coletivo, das presentes e futuras gerações, deve estar sobreposto aos interesses individuais.

Execução

- ♦ Da decisão que julga improcedente ou parcialmente procedente a impugnação ao cumprimento da sentença cabe agravo de instrumento e não apelação.

Civil e Comercial

Falência

- ♦ Nas cédulas e notas de crédito industrial, comercial e rural é incabível a cobrança de comissão de permanência, incidindo no caso de mora, tão somente os juros da normalidade.

Sociedade comercial

- ♦ O direito do sócio que se afasta da sociedade em receber os valores a que faz jus não se sobrepõe a continuidade e a sobrevivência da empresa.

Penal e Processo

Apelação

- ♦ Contraria o direito à ampla defesa, a declaração da deserção da apelação em razão do não recolhimento do condenado à prisão, ou da sua fuga depois de ter apelado.

Habeas corpus

- ♦ Decreto de prisão decorrente de decisão de magistrado no exercício da jurisdição cível, quando não se trata da hipótese de devedor de alimentos, é ilegal.

Trabalho e Previdência Social

Acordo judicial

- ♦ A concessão de liminar ou a homologação de acordo constituem faculdade do juiz, inexistindo direito líquido e certo tutelável pela via do mandado de segurança.

Responsabilidade solidária

- ♦ Não é possível entender-se que a responsabilidade do sucessor também se estenda em relação aos débitos trabalhistas das empresas integrantes do grupo econômico do sucedido.

Constitucional e Administrativo

Desapropriação indireta

- ♦ Em se tratando de indenização por desapropriação indireta, a responsabilidade pelo adiantamento dos honorários periciais é do expropriante.

Mandado de segurança

- ♦ Configura ilegalidade Portaria, expedida por Comandante da Polícia Militar, que proíbe a comercialização de bebidas alcoólicas nas imediações de estádio de futebol.

Tributário

Imposto predial e territorial urbano

- ♦ A glosa da progressividade não conduz à declaração de insubsistência do tributo. A alíquota a ser observada é a mínima.

Imunidade tributária

- ♦ A imunidade que tem como destinatárias as entidades de assistência social e de ensino deve abranger os imóveis relacionados com a sua finalidade e funcionamento.

INFORMATIVO

FECHAMENTO: 26/06/2009 – EXPEDIÇÃO: 28/06/2009 – ANO 29 – 2009 – PÁGINAS: 484/467 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 26

Sumário

ATOS DO EXECUTIVO

- Fundo de Garantia do Tempo de Serviço:
Valor do saque em caso de desastre
natural – Alteração483
- Leiloeiro: Concessão, fiscalização e
cancelamento da matrícula483
- Previdência Social: Aposentadoria por idade –
Aviso para requerimento do benefício.....483
- Programa de desenvolvimento sustentável:
Instituição482

ATOS DO JUDICIÁRIO

- STJ: Súmula 357 – Revogação482
- TJ-RJ: GRERJ Eletrônica – Disponibilização482

ATOS DO LEGISLATIVO

- Amazônia Legal: Regularização fundiária
na ocupação de terras da União.....481
- Farmácia: Captação de receitas magistrais
e oficinais – Exclusividade.....481

LEMBRETE

- Contribuição previdenciária –
Compensação480

DOCTRINAS

- Do direito de recorrer em liberdade
na visão do Supremo Tribunal
Federal – **Fernando Capez**.....480
- Exercício da profissão de optometrista –
Daniel Barbosa Lima Faria Corrêa de Souza.....478

- Inquilinos podem votar nas assembleias de
condomínios edilícios? – **Jaques Bushatsky**474

ESTUDO DE CASOS

- Acidente de trabalho – Possibilidade de
cumulação de dano moral e estético473
- Prazos e andamentos processuais –
Acompanhamento via internet471

NOTICIÁRIO

- **Destques da semana**469
- AGU estuda exigência de diploma de jornalismo
em concursos públicos
- Aprovadas duas novas Súmulas Vinculantes
- Exigência de fiador no FIES é legal
- ICMS incide em ligações internacionais
- Justa causa por alcoolismo é declarada nula
- Repercussão geral em questões criminais e tribu-
tárias
- STF adia decisão sobre vaga no STJ
- Turma Regional dos JEF's aprova nova Súmula

Projetos de lei468

- Falha em artigos do CPP pode ser sanada
- Medidas em caso de inconstitucionalidade por
omissão
- Pedofilia pode tornar-se crime imprescritível e
inafiançável
- Presença de assistente social em conselho tutelar
- Presunção de paternidade em caso de recusa ao
DNA
- Proibição de vale-transporte em dinheiro

Concursos públicos467

JURISPRUDÊNCIA

FECHAMENTO: 26/06/2009 – EXPEDIÇÃO: 28/06/2009 – ANO 29 – 2009 – PÁGINAS: 416/401 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 26

TEMAS EM DESTAQUE

Processo Civil

Audiência

♦ Não há óbice a que a parte seja intimada pessoalmente a comparecer à audiência de instrução e julgamento através de intimação enviada pelo correio, com aviso de recebimento.

Embargos à arrematação

♦ Os embargos à arrematação têm seu cabimento restrito, apenas se reconhecendo legitimidade para o seu manejo ao próprio devedor.

Civil e Comercial

Casamento

♦ São válidas as doações promovidas, na constância do casamento, por cônjuges que contraíram matrimônio pelo regime da separação legal de bens.

Concessão comercial

♦ Será sucessora comercial a empresa que, através de contrato de compra e venda, adquire da antecessora o seu fundo de comércio, passando a exercer a mesma atividade, no mesmo endereço.

Penal e Processo

Casa de prostituição

♦ A eventual leniência social ou mesmo das autoridades públicas e policiais não descriminaliza a conduta delituosa.

Justiça da infância e da juventude

♦ A gravidade do ato infracional equivalente ao delito de tráfico de entorpecentes não enseja, por si só, a aplicação da medida socioeducativa de internação.

Trabalho e Previdência Social

Acordo judicial

♦ As decisões homologatórias de acordo não podem ser impugnadas por meio de agravo de petição ou de qualquer outro tipo de recurso.

Contrato de experiência

♦ A interrupção e a suspensão do contrato de trabalho provocada pelo afastamento do empregado, em virtude de acidente do trabalho, não ensejam a cessação da contagem do prazo do contrato de experiência.

Constitucional e Administrativo

Funcionalismo público

♦ A vantagem concedida indistintamente aos servidores da ativa deve ser estendida aos que se encontram na inatividade.

Processo administrativo disciplinar

♦ A falta de procurador constituído durante a fase de instrução do inquérito não configura nulidade se decorrer da própria omissão do investigado.

Tributário

Certidão de dívida ativa

♦ A substituição da certidão nula não é dever que se impõe ao juiz, é antes, faculdade concedida à Fazenda Pública, no seu exclusivo interesse.

Imposto predial e territorial urbano

♦ A entrega do carnê do IPTU no endereço do contribuinte é meio juridicamente eficiente para notificar a constituição do correspondente crédito tributário.

INFORMATIVO

FECHAMENTO: 03/07/2009 – EXPEDIÇÃO: 05/07/2009 – ANO 29 – 2009 – PÁGINAS: 500/485 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 27

Sumário

ATOS DO EXECUTIVO

- Estrangeiro: Residência provisória – Regulamentação.....499

ATOS DO JUDICIÁRIO

- **CGJ-RJ:** Restauração de autos – Procedimento para distribuição499
- **CGJ-MG:** Pedido de revogação de prisão – Procedimento às petições.....498
- **CJF:** Inquérito policial – Tramitação direta entre a Polícia e o Ministério Público Federal498
- **CJF:** Precatório – Atualização dos valores devidos pela Fazenda Federal497
- **STF:** Súmulas Vinculantes 15 e 16.....497
- **STJ:** Tabelas processuais unificadas – Implantação497
- **TRF-3ª R.** Plantão judicial – Alteração496
- **TSE:** Férias – Suspensão dos prazos para recursos.....496

ATOS DO LEGISLATIVO

- Débito fiscal: Dívida com a Fazenda Nacional – Parcelamento aos Municípios.....495
- Estrangeiro: Residência provisória – Procedimentos para regularização.....495

LEMBRETE

- Desistência do recurso – Pressupostos e características.....494

DOCTRINAS

- Mídia, Direito Penal e vingança popular – Luiz Flávio Gomes494
- “Lei do Abate” e a pena de morte no Brasil – Análise da constitucionalidade da Lei Federal nº 9.614/98 – Bruno Barata Magalhães.....492

- O divórcio imediato – José Carlos Teixeira Giorgis491

ESTUDO DE CASOS

- Cartão e cheque clonados – Responsabilidade490
- Penhora *on-line* – Conta-salário488

NOTICIÁRIO

- Destaques da semana487

- Autorizada a interrupção de gravidez por anencefalia
- Edital vincula candidatos à administração pública
- Interceptações telefônicas: PGR ajuíza ADI contra resolução do CNMP
- Justificativa de suspeição por foro íntimo é questionada no Supremo
- Prorrogado o prazo para a redução do IPI
- STF discute novas regras para interrogatórios de réus
- TST reafirma aplicação da arbitragem em contratos coletivos
- Voo 447: TJ/RJ concede tutela fixando indenizações a famílias

- Projetos de lei486

- Nova regra para a prescrição de crimes financeiros
- Prestadoras de serviços públicos devem divulgar preços de forma clara
- Proposta cria 230 varas na Justiça Federal
- Proposta pune compartilhamento de arquivos pela internet
- Punição a usuário de drogas com detenção de 2 a 4 anos

- Concursos públicos485

JURISPRUDÊNCIA

FECHAMENTO: 03/07/2009 – EXPEDIÇÃO: 05/07/2009 – ANO 29 – 2009 – PÁGINAS: 432/417 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 27

TEMAS EM DESTAQUE

PROCESSO CIVIL

Ação civil pública

- Os efeitos da sentença, em ação civil pública, produzem-se *erga omnes*, para além dos limites da competência territorial do órgão julgador.

Representação processual

- Havendo superveniente irregularidade de representação processual da parte, o juiz deve marcar prazo razoável para ser sanado o defeito.

CIVIL E COMERCIAL

Alimentos

- O advento da maioridade, se, por um lado, extingue o pátrio poder, por outro, não revoga, automaticamente, o dever de prestar alimentos.

Separação judicial

- Os pais do filho morto podem exigir que se cumpra ato *inter vivos* envolvendo exclusão do nome de família da ex-mulher.

PENAL E PROCESSO

Execução penal

- A transferência de preso cabe ao Juízo da Execução e prescinde de prévia manifestação da defesa.

Prescrição

- O curso da prescrição se interrompe com o recebimento da denúncia ou da queixa, pela pronúncia ou através da decisão confirmatória da pronúncia.

TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Contrato de trabalho

- O exercício de mais de uma função, por força de um único contrato de trabalho e em horário único, não gera direito à multiplicidade de salário.

Penhora

- Viola o princípio constitucional da proteção ao salário o acórdão que determina a penhora do salário do devedor na execução trabalhista.

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

Concurso público

- O ato administrativo que reprova candidato, mesmo que posteriormente seja considerado ilegal, não gera direito à indenização por danos materiais.

Funcionalismo público

- O direito de greve é consagrado tanto para os funcionários regidos pela legislação estatutária como para os empregados públicos.

TRIBUTÁRIO

Imposto de renda

- Os valores auferidos a título de indenização por quebra da estabilidade se sujeitam à incidência do imposto de renda.

Imposto sobre serviços

- O arrendamento mercantil – *leasing* – não se confunde com a locação de bens móveis – locação pura –, cuja incidência do ISS foi declarada inconstitucional pelo STF.

INFORMATIVO

FECHAMENTO: 10/07/2009 – EXPEDIÇÃO: 12/07/2009 – ANO 29 – 2009 – PÁGINAS: 516/501 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 28

Sumário

ATOS DO EXECUTIVO

- Estrangeiro: Residência provisória – Atribuições.....515
- Estrangeiro: Residência provisória – Casos omissos ou especiais515

ATOS DO JUDICIÁRIO

- CNJ: Interceptações telefônicas – Alteração da Resolução 59/2008515
- STJ: Sistema Nacional de Bens Apreendidos – Procedimento na guarda e atualização.....514
- TSE: Alistamento, transferência e revisão – Implantação do serviço de pré-atendimento via internet.....513

ATOS DO LEGISLATIVO

- Bilhete de passagem: Transporte coletivo rodoviário de passageiros – Validade513
- Carga dos autos para cópia: Prazo comum – Alteração do CPC.....512
- Casa própria: Programa Minha Casa, Minha Vida e assentamentos realizados em áreas urbanas – Finalidade e alterações512
- Certidão: Ofícios de distribuição e distribuidores judiciais – Requisitos.....511
- Conselho Nacional do Ministério Público: Estrutura organizacional e funcional.....511
- Declaração de óbito: Hospitais públicos e privados – Realização de estatísticas510
- Escritura pública: Participação de Defensor Público na lavratura – Alteração do CPC.....510
- Municípios: Dificuldades emergenciais – Prorrogação da MP 462/2009.....510
- Serviço no exterior: Extensão das normas para todas as empresas – Alteração509

DOCTRINAS

- Competindo com boa-fé – Emerson Souza Gomes.....509

- Imposto sobre a renda e isenção por doença grave – Henrique Mello507
- O dilema do Supremo Tribunal Federal – Considerações sobre o consequentialismo e a modulação temporal – Fábio Martins de Andrade506

ESTUDO DE CASOS

- Justiça da infância e da juventude – Assistente de acusação – Ato infracional505
- Pagamento antecipado do débito – Redução dos juros504

NOTICIÁRIO

Destaques da semana503

- Cães-guia: PGR questiona artigos de lei paulista
- Certidões: JUCERJA terá que limitar cobranças
- Guarda de filho: caso deve ser julgado onde reside o menor
- Inscrição indevida: comprovação não depende de cadastro
- Lanche com brinquedo: liminar que visava proibir venda é negada
- Lei Maria da Penha: medida protetiva é aplicada a homem
- Mega-Sena: TJ-SC determina divisão do prêmio
- União homoafetiva: STF concede benefício aos seus servidores

Projetos de lei502

- Aprovada proposta de uma nova Lei Nacional de Adoção
- Novos parâmetros para pagamento de danos morais
- PEC torna obrigatória exigência de diploma de jornalismo
- Penas mais rigorosas para crimes de pedofilia
- Proibição da cobrança de roaming em telefonia móvel

Concursos públicos501

JURISPRUDÊNCIA

FECHAMENTO: 10/07/2009 – EXPEDIÇÃO: 12/07/2009 – ANO 29 – 2009 – PÁGINAS: 448/433 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 28

TEMAS EM DESTAQUE

PROCESSO CIVIL

Ação demarcatória

- ♦ A ação demarcatória é cabível, mesmo quando definidos os limites divisórios, ainda restando dúvidas sobre sua correção e discordância entre o título de domínio e a realidade.

Precatório

- ♦ A competência para decidir sobre atualização de precatório é do juízo de primeiro grau e não do Presidente do Tribunal.

CIVIL E COMERCIAL

Banco

- ♦ Não é lícito ao banco valer-se do salário do correntista, que lhe é confiado em depósito, pelo empregador, para cobrir saldo devedor de conta corrente.

Cheque

- ♦ Se não há provas de que o endossatário do cheque recebeu o título de má-fé, não procede ao pedido de declaração de nulidade do título de crédito.

PENAL E PROCESSO

Apropriação indébita previdenciária

- ♦ Ainda que a crise reste comprovada, mas não se mostrando patente a impossibilidade de o agente portar-se de forma diversa, não se configura a cláusula excludente de culpabilidade.

Justiça da infância e da juventude

- ♦ O juízo de reprovabilidade da conduta, definido pelo legislador penal, deve ser levado em consideração no cálculo dos prazos prescricionais.

TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Mandato

- ♦ A limitação a substabelecimento constante de instrumento de procuração não tem o condão de tornar irregular a representação.

Sindicato

- ♦ O registro sindical é o ato que habilita as entidades sindicais para a representação de determinada categoria, tendo em vista a necessidade de observância do postulado da unicidade sindical.

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

Desapropriação indireta

- ♦ Para que fique caracterizada a desapropriação indireta, exige-se que o Estado assumira a posse efetiva de determinado bem, destinando-o à utilidade pública.

Polícia militar

- ♦ Não viola o princípio da inocência o impedimento à promoção do servidor militar *sub judice* denunciado em processo criminal.

TRIBUTÁRIO

Execução fiscal

- ♦ Ante o lançamento direto que caracteriza a cobrança de taxas de serviços e de polícia, desnecessária a instauração de processo tributário administrativo.

Taxa de incêndio

- ♦ É legítima a cobrança da Taxa cobrada em razão da prevenção de incêndios.

INFORMATIVO

FECHAMENTO: 17/07/2009 – EXPEDIÇÃO: 19/07/2009 – ANO 29 – 2009 – PÁGINAS: 534/517 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 29

Sumário

ATOS DO EXECUTIVO

- Casa própria: Programa Minha Casa, Minha Vida – Regulamentação.....533
- Plano de saúde: Classificação e regulamentação.....533
- Previdência Social: Compensação financeira em atraso.....532

ATOS DO JUDICIÁRIO

- CGJ-SP: Cartas postais – Dispensa de assinatura.....531
- CGJ-MT: Férias de magistrados – Alteração da Consolidação das Normas Gerais.....531

ATOS DO LEGISLATIVO

- Deficiente físico: Parques de diversões – Adaptação de parte dos brinquedos.....530
- Lei de Contravenções Penais: Mendicância.....530

DOCTRINAS

- Agravo regimental contra decisão concessiva ou indeferitória de liminar em mandado de segurança de competência originária – Inaplicabilidade da Súmula nº 622 do STF – **Valter Fabrício Simioni Silva**.....530
- Direito autoral e de nome – Reflexos sobre a locação e comodato de obras de arte plástica – **Luiz Fernando Gama Pellegrini**.....526
- Conflitos em garagens de condomínios – **André Luiz Junqueira**.....524

ESTUDO DE CASOS

- Cooperativa de crédito – Aplicabilidade do CDC.....523
- Penhora – Bem necessário ao exercício de atividade profissional.....522

NOTICIÁRIO

Destaques da semana.....520

- Amazônia legal: regularização fundiária é questionada pela PGR
- Contratos marítimos: definida competência para o registro
- Estatuto da igreja: parecer favorável a acordo com o Vaticano
- Guia de depósito sem autenticação em recurso de revista gera deserção
- Ocupação em área pública: benfitorias não geram indenização
- “Procurador *ad hoc*”: questionado ato de juiz que nomeou advogado
- Repercussão Geral: concessão de assistência a estrangeiro
- Telefonia: STJ examina validade da cláusula de fidelidade

Projetos de lei.....518

- Bancos poderão abrir crédito para pessoas com deficiência para compra de equipamentos
- Eliminação de tarifa para liquidação antecipada de crédito
- Mudanças na interposição de agravos nos Tribunais superiores
- Não aplicabilidade da multa por excesso de velocidade ao motorista de ambulância
- Prazo de 60 dias para baixa de veículo irre recuperável
- Proposta que altera a LEP prevê novas atribuições à defensoria pública
- Regulamentação do MS: mais uma conquista do Pacto Republicano
- Regulamentada contagem de prazo prescricional em protesto extrajudicial
- Senado aprova a Lei Nacional de Adoção

Concursos públicos.....517

JURISPRUDÊNCIA

FECHAMENTO: 17/07/2009 – EXPEDIÇÃO: 19/07/2009 – ANO 29 – 2009 – PÁGINAS: 464/449 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 29

TEMAS EM DESTAQUE

PROCESSO CIVIL

Ação de nunciação de obra nova

- Possui legitimidade o proprietário ou possuidor de bem imóvel para o ajuizamento de ação de nunciação de obra nova visando a demolição de muro lateral que faz divisa com sua propriedade.

Justiça gratuita

- O agravo retido não se presta para modificar decisão de indeferimento dos benefícios da justiça gratuita.

CIVIL E COMERCIAL

Interdição

- A alteração e abalo parciais, muitas vezes advindo de quadro depressivo, devem ser tratadas, mas não fundamentam, por si só, a perda da capacidade civil da pessoa.

Investigação de paternidade

- Consolidada a coisa julgada definitiva, incabível o ajuizamento de nova ação investigatória de paternidade sob a justificativa do advento de nova técnica de apuração – exame de DNA.

PENAL E PROCESSO

Concurso de agentes

- No caso de crime praticado mediante concurso de agentes, afigura-se dispensável a descrição de forma minuciosa e individualizada a conduta de cada acusado.

Execução penal

- Havendo a conversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade, inviável a preservação da pena alternativa.

TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Aposentadoria por invalidez

- A aposentadoria por invalidez suspende o contrato, mas não a obrigação de manutenção de convênio médico que já integrou o contrato individual de trabalho.

Mandato

- A procuração deve conter a indicação do lugar onde foi passada, a qualificação do outorgante e do outorgado, além da data e do objetivo da outorga, com a designação dos poderes conferidos.

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

Concurso público

- Se o edital do certame exige a conclusão de curso ou programa de graduação em área específica, não se pode aceitar que um curso de especialização equivalha àquele.

Trânsito

- A circunstância de disponibilizar guia de pagamento de multa no site do DETRAN não implica na redução ou na supressão dos prazos para apresentação da defesa prévia.

TRIBUTÁRIO

Execução fiscal

- Inaplicabilidade das disposições do CTN aos créditos de natureza não tributária, incluindo a hipótese de responsabilidade do sócio-gerente.

Responsabilidade tributária

- O simples indício de ter havido a dissolução irregular, por si só, não autoriza a pretensão de reconduzir a execução contra os sócios da empresa.

PUBLICAÇÃO MENSAL

Nº 6
ANO XXV

2^{Ano}
009

JUNHO

BDA

**BOLETIM DE
DIREITO ADMINISTRATIVO**

EDITORA **NDJ** LTDA.

BDA

BOLETIM DE DIREITO ADMINISTRATIVO

SUMÁRIO

DOCTRINA, PARECERES E ATUALIDADES

DELEGAÇÕES DE SERVIÇO PÚBLICO (PARTE 2) (Alexandre Santos de Aragão)	649
LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – Extensão Territorial dos Efeitos da Pena de Proibição de Contratar com o Poder Público (Márcia Pelegrini)	670
ACESSO A CARGOS E CARREIRAS VIA ESTABILIDADE EXCEPCIONAL: INCONSTITUCIONALIDADE! (Pablo Vinícius Félix de Araújo)	684
RESPONSABILIDADE DO <i>PARECERISTA</i> EM PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS (Jair Eduardo Santana)	697
AEROPORTO – Obras de Recuperação da Pista Principal – Demora dos Gestores na Realização do Procedimento Licitatório – Contratação em Caráter Emergencial – Dispensa de Licitação – Empresa Responsável pela Execução dos Serviços em Anos Anteriores – Não-Characterização da Responsabilidade Civil – Audiência dos Responsáveis (Tribunal de Contas da União)	702
AQUISIÇÃO DE ARMAS DE FOGO – Equipagem de Agentes Penitenciários Federais – Edital – Inclusão de Características e Especificações Exclusivas – Não-Ocorrência de Justificativa Técnica Adequada – Ausência de Prejuízo ao Erário – Não-Aplicação de Multa (Tribunal de Contas da União)	721

JURISPRUDÊNCIA

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO – Condenação Desconstituída em Revisão Criminal – Prisão Preventiva Indevida – Indenização – Danos Morais – Responsabilidade Objetiva – Erro Judiciário	735
GOVERNADOR – Delegação de Competência ao Secretário de Estado – Demissão de Auditor Fiscal da Receita Estadual – Competência Exclusiva do Chefe do Executivo – Reintegração do Servidor – Pagamento de Vencimentos e Cômputo de Tempo para Todos os Efeitos Legais	743
POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – Demissão – Alegada Nulidade do Processo Administrativo Disciplinar – Abuso do Cargo para Lograr Proveito Pessoal ou de Outrem, em Detrimento da Dignidade da Função Pública – Violação do Princípio da Proporcionalidade – Não-Formação de Conjunto Probatório Suficiente – Reintegração ao Cargo	747
UNIVERSIDADE ESTADUAL – Adventistas de Sétimo Dia – Não-Comparecimento às Aulas por Motivo de Crença Religiosa – Direitos Fundamentais – Ponderação de Interesses – Atividades Alternativas – Possibilidade – Princípio da Dignidade da Pessoa Humana	755
CONCURSO PÚBLICO – Limite de Idade – Fixação por Ato Administrativo – Inadmissibilidade – Critério que Exige Definição por Lei – Inscrição no Certame Assegurada	770

ÍNDICE CUMULATIVO AO FINAL

PUBLICAÇÃO MENSAL

Nº 7
ANO XXV

2^{Ano}
009

JULHO

BDA

**BOLETIM DE
DIREITO ADMINISTRATIVO**

EDITORA **NDJ** LTDA.



BDA

BOLETIM DE DIREITO ADMINISTRATIVO

SUMÁRIO

DOCTRINA, PARECERES E ATUALIDADES

GOVERNANÇA PÚBLICA E PARCERIAS DO ESTADO: A RELEVÂNCIA DOS ACORDOS ADMINISTRATIVOS PARA A NOVA GESTÃO PÚBLICA (Gustavo Justino de Oliveira)	773
VINTE ANOS DE SUS: O SISTEMA DE SAÚDE NO BRASIL NO SÉCULO XXI (Lenir Santos e Luiz Odorico Monteiro de Andrade)	778
LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: PROPORCIONALIDADE, AGENTES POLÍTICOS, PRESCRIÇÃO E INCONSTITUCIONALIDADE (Fabiano Pereira Gonçalves)	793
PANORAMA ATUAL DA MODALIDADE PREGÃO NO DIREITO BRASILEIRO (Antônio Simeão Ramos)	804
CONCURSO PÚBLICO – Conselho de Fiscalização Profissional – Utilização Integrada de Critérios Objetivos e Subjetivos para Avaliação dos Candidatos – Não-Comprovação de Favorecimento a Concorrente (Tribunal de Contas da União)	827
CONVÊNIO – IN nº 1/97 – Não-Ocorrência de Revogação pelo Dec. nº 6.170/07, Regulamentado pela Portaria Interministerial nº 127/08 – Continuidade da Utilização dos Institutos do “Pré-Projeto”, “Pré-Convênio” ou “Termo Simplificado” (Tribunal de Contas da União)	838
SISTEMA “S” – Empregados Desligados do Sesi “a Pedido” – Pagamento de Aviso Prévio, Multa do FGTS e Verbas Indenizatórias – Condenação Solidária – Aplicação Individual de Multa – Procedimento Licitatório – Irregularidades – Não-Apresentação de Gravidade Expressiva (Tribunal de Contas da União)	844
BOLSA-AUXÍLIO – Professores de Nível Superior – Orientação e Coordenação do Programa de Desenvolvimento Educacional – Concessão pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Tribunal de Contas do Estado do Paraná)	857

continua...



JURISPRUDÊNCIA

ALVARÁ SANITÁRIO – Profissional da Optometria – Exercício da Profissão – Preenchimento dos Requisitos Sanitários Estipulados na Legislação Específica – Valorização do Trabalho Humano e da Liberdade Profissional – Direito Garantido	861
RETROCESSÃO – Legitimidade Passiva <i>Ad Causam</i> – Entidade que, Apesar de Não Ter Sido a Expropriante Originária, Incorporou o Bem Expropriado ao seu Patrimônio – Ente que Possuía a Incumbência do Pagamento da Indenização	871
DEMISSÃO – Servidor Público – Processo Administrativo Disciplinar – Ausência de Portaria Exclusiva de Instauração – Citação Extemporânea – Violação dos Princípios do Contraditório e da Ampla Defesa	875
RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO – Caracterização – Responsabilidade Objetiva – Policiais Militares – Conduta Abusiva em Abordagem a Motorista – Lesões Físicas Atestadas – Exame de Corpo de Delito – Absolvição Penal – Não-Ocorrência de Coisa Julgada na Esfera Cível – Dano Moral Configurado	879
PENSÃO POR MORTE – Militar – Mãe de Criação – Viúva – Equiparação à Mãe Adotiva – Desnecessidade de Comprovação de Dependência Econômica – Aplicação da Legislação Vigente à Época do Óbito	882

ÍNDICE CUMULATIVO AO FINAL

Fórum de Direito Urbano e Ambiental



ISSN 1676-6962

Fórum de Dir. Urbano e Ambiental - FDUA

Belo Horizonte

ano 8

n. 45

p. 1-139

maio/jun. 2009

Sumário

DOCTRINA

Artigos

O valor da biodiversidade na "rota da biopirataria" Amyra El Khalili	7
Cidade e cidadania no Brasil: uma análise historiográfica da participação popular construída num ambiente urbano Flávia de Sousa Marchezini	12
O princípio da precaução e o caso dos transgênicos Geórgia Karênia Rodrigues Martins de Melo	26
O meio ambiente ecologicamente equilibrado e a realocização das indústrias situadas nas áreas urbanas, frente ao direito adquirido de pré-ocupação Sirlei Fátima Trentin Jonatto, Tiago Toniêto	52
Apontamentos sobre o Direito Ambiental nas Constituições mercosulinas Stefania Eugenia Barichello	63

Pareceres

Recurso administrativo interposto pela CEMIG Geração e Transmissão S.A. Renata Neiva Pinheiro	69
Correlação de requisitos legais a aspectos e impactos ambientais Walter Rocha de Cerqueira, André Luis Campos Viana	76

Melhores Práticas em Sistema de Gestão de Meio Ambiente e Meio Ambiente do Trabalho

Uso insignificante de recursos hídricos exige cadastro junto ao IGAM Ana Luiza Paiva Pimenta da Rocha	81
Corrente inclui meio ambiente do trabalho no conceito de meio ambiente Ana Luiza Paiva Pimenta da Rocha	82

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

Acórdãos na Íntegra

Superior Tribunal de Justiça Administrativo – Queda de galho de árvore sobre veículo – Fundação de Parques e Jardins – Decreto Municipal nº 9.016/89 – Responsabilidade configurada – Honorários não excessivos Agravamento Regimental no Recurso Especial nº 1.090.353-RJ	85
Tribunal Regional Federal da 1ª Região Tutela ambiental – Utilização da área disciplinada em Lei Municipal – Declaração incidental de inconstitucionalidade – Possibilidade – Legitimidade ativa do Ministério Público Federal – Interesses difusos do meio ambiente natural. Apelação Cível nº 2006.37.00.003636-0/MA	87
Tribunal Regional Federal da 2ª Região Importação – Pneus usados – Matéria-prima – Sentença mandamental que assegura a importação – Índícios de venda direta – Violação da Resolução CONAMA 258/99 – Pretensão recursal parcialmente satisfeita na via administrativa – Prejudicialidade. Agravo nº 2008.02.01.011436-7	92
Tribunal Regional Federal da 4ª Região Administrativo – Ambiental – IBAMA – Reserva marinha – Zona de amortecimento – Pesca de arrasto – Legalidade. Apelação Cível nº 2005.72.00.008766-3/SC	98
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais Ação civil pública – Loteamento – Legitimidade do MP – Degradação ambiental – Desmatamento de Área de Preservação Permanente – Responsabilidade objetiva – Teoria do risco integral – Reparação "in natura" – Art. 225, §3º da CR/88. Apelação Cível/Reexame Necessário nº 1.0672.02.091988-8/001	101

Ementário

Ação civil pública	111
Administrativo	115
Constitucional	120

Sumário

Crime ambiental	120
Dano ambiental	123
Licenciamento ambiental	125
Preservação ambiental	126
Recuperação ambiental	127
Reserva florestal	127
Responsabilidade civil	127
Tombamento	128

Tendências Jurisprudenciais

Aterro sanitário	129
Crime ambiental	129
Licenciamento ambiental	130
Fiscalização ambiental	130
Parcelamento urbano	131
Preservação permanente	132
Tombamento	132

LEGISLAÇÃO

Informativo de Legislação	133
--	-----

ÍNDICE	135
---------------------	-----

INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES	139
---	-----



Estado do Rio Grande do Sul
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça

AJURIS
Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul

MULTI JURIS

Primeiro Grau em Ação

ANO IV - NÚMERO 7 - JUNHO 2009

Entrevista

Arminio José Abreu Lima da Rosa
Presidente do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul

Artigos Interdisciplinares

Armadilhas do narcisismo

A relação Judiciário e Imprensa

Documentos, assinatura e certificação digital –
Conceitos básicos

Reflexões

Planejamento estratégico, CNJ e mudanças

Práticas Inovadoras

Gestão cartorária nos Juizados Especiais Cíveis:
Inovação em busca de eficiência

Comissão de Inovação e Efetividade –
Filmagem de audiências: uma nova ferramenta para o
aperfeiçoamento da jurisdição

A atualidade do Plano de Gestão
pela Qualidade do Judiciário – PGQJ

A gestão ambiental no
Poder Judiciário do Rio Grande do Sul

Sentenças e decisões cíveis e criminais

Entrevista

Des. Arminio José Abreu Lima da Rosa
Presidente do Tribunal de Justiça
do Estado do RGS

4



Práticas Inovadoras

Gestão Cartorária nos Juizados Especiais Cíveis:
Inovação em busca de eficiência
Ricardo Pippi Schmidt

12

Comissão de Inovação e Efetividade – Filmagem
de audiências: uma nova ferramenta para o
aperfeiçoamento da jurisdição
Vancarlo André Anacleto

26

A atualidade do Plano de Gestão
pela Qualidade do Judiciário – PGQJ
Eliane Garcia Nogueira

30

A gestão ambiental no
Poder Judiciário do Rio Grande do Sul
Vera Lucia Fritsch Feijó

33

Artigos Interdisciplinares

Armadilhas do narcisismo
David Zimmerman

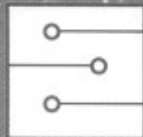
38

A relação Judiciário e Imprensa
Adriana Arend

43

Documentos, assinatura e
certificação digitais – Conceitos básicos
Eduardo Arruda

46



Sentenças Cíveis

Família. Casamento entre Procurador do Estado, na época com 91 anos de idade, acometido de câncer e que veio a falecer quatro meses após a celebração, com uma antiga empregada doméstica, 43 anos mais jovem e que mantinha relacionamento afetivo com outro homem. Intenção de propiciar à nubente futuro recebimento de benefício previdenciário. Ação ajuizada pelo Ministério Público em virtude de representação feita pelo Tribunal de Justiça, que teve conhecimento do fato nos autos de ação por ela ajuizada contra o IPERGS a fim de majorar a pensão que lhe era paga. Simulação reconhecida. Interesse público subjacente. Procedência da ação.

Maria Lucia Boutros Buchain Zoch Rodrigues

60

Ação Civil Pública. Condenação do Estado em obrigação de fazer. Presídio Central de Porto Alegre. Implementação e geração de vagas para os regimes fechado, semi-aberto e aberto. Possibilidade do Judiciário, em Sede de Ação Civil Pública, determinar a prática de ato pelo Poder Público, corrigindo omissão lesiva ao interesse público. Precedentes do STF e STJ e doutrina a respeito. Uso das ações coletivas como instrumento de efetivação de Política Pública e de garantia dos Direitos Fundamentais. Dignidade da Pessoa Humana. Procedência da ação.

Rosana Broglio Garbin

70

União homossexual. Reconhecimento. Partilha de bens segundo o regime da comunhão parcial. Direito à meação. Aplicação dos princípios constitucionais da Dignidade da Pessoa Humana e da Igualdade. Analogia. Princípio da boa fé objetiva. A homossexualidade é um fato social que acompanha a história da humanidade e não pode ser ignorada pelo Judiciário. Possibilidade de partilha dos bens amealhados durante o convívio, de acordo com as normas que regulamentam a união estável, utilizado como paradigma supletivo para evitar o enriquecimento sem causa.

65

Evelise Leite Páncaro da Silva

Sentenças e Decisões Criminais

Condenação pelo Tribunal do Júri. Fixação pela Juíza-Presidente de valor mínimo para reparação dos danos causados pelo delito, de natureza estética e moral. Prejuízos materiais não comprovados. Aplicação dos Artigos 492, Inciso I, Alínea "d" e 387, Inciso IV, ambos do CPP.

Rosane Ramos de Oliveira Michels

80

Recurso Especial não Conhecido. Agravo dessa decisão, que não obsta a execução do julgado. Impossibilidade de deferir-se ao réu a prerrogativa de definir quando iniciará sua pena. Renegação a precedente do Supremo Tribunal Federal, forjado por maioria.

82

Orlando Faccini Neto

Reflexões

Planejamento estratégico,
CNJ e mudanças
96 Vanderlei Deolindo





Número 10 - 2009

V CONGRESSO BRASILEIRO DOS MAGISTRADOS ESPÍRITAS

CAMPO GRANDE – MATO GROSSO DO SUL
9 A 11 DE OUTUBRO 2009

Direitos Humanos e a perspectiva
de sua aplicação.

Dilemas éticos e espirituais da
atividade judicante.

Juízes no comando de melhores
projetos assistenciais.

Justiça Restaurativa.

Tribunal de Justiça
do Estado de Mato Grosso do Sul

A Função de Julgar, iluminada por ideais superiores,
dignifica o Juiz e enobrece a Justiça.

Sumário

- 4** Editorial
Luminosa Oportunidade
- 5** Direitos Humanos e a Perspectiva de Sua Plena Aplicação
Milton de Moura França
- 7** O IV CONGRESSO DA ABRAME
- 8** A Humanização do Direito
Clayton Reis
- 12** Dilemas Éticos e Espirituais na Atividade Judicante
Kéops de Vasconcelos Vieira Pires
- 15** Diário de Quem não Nasceu
Imprensa
- 16** Adolelescência e Maternidade
André Gonçalves Fernandes
- 18** Justiça Restaurativa
Imprensa
- 19** Memorial aos Não-Nascidos
Aqui e Ali
- 20** ABRAME nos Tribunais
- 22** Juízes no Comando de Projetos Assistenciais
Fraternidade
- 24** Palavras Oportunas
Roberto de Freitas Messano
- 26** Razão e Religião
Miguel Reale Júnior
- 28** Reflexões sobre o Direito e os Operadores do Direito
Luiz Guilherme Marques
- 30** ABRAME nos Estados (SP)
- 32** O Copo de Água
Ricardo de Mattos
- 33** Resposta de um Juiz
Humanismo
- 34** Em Defesa da Vida
- 35** Situação de Alerta
Na WEB
- 36** Experiências de um Juiz
Gilson Coelho Valadares
- 38** Crises
Durval Rezende



Escola da Advocacia-Geral da União

REVISTA DA AGU

ANO V Nº 10 - AGOSTO DE 2006
Brasília - DF

Índice

Apresentação	5
A Adoção de Softwares Livres pelas Diversas Esferas da Administração Pública: Alguns Aspectos Jurídicos de um Ambiente de Disputas Econômicas <i>Marcelo Andrade Féres</i>	7
A Ampla Defesa como Proteção aos Poderes das Partes: Proibição de Inadmissão da Prova por já estar Convencido o Juiz <i>Felipe Camilo Dall'Alba</i>	25
A Prescrição Trienal em favor da Fazenda Pública - Para uma Interpretação Sistêmica e Dialógica à Luz do Código Civil de 2002 <i>Bernardo Lima Vasconcelos Carneiro</i>	37
Aspectos Polêmicos da Tributação na Internet na Era da Sociedade Digital <i>Marco Aurélio Ventura Peixoto</i>	57
A Teoria da Federação e o Estado Federal Brasileiro <i>Luiz Gonzaga Pereira Neto</i>	77
Desapropriação por Interesse Social para Fins de Reforma Agrária <i>Andrea Grotti Clemente</i> <i>Fabrcio Stendar</i> <i>Ivaniris Queiroz Silva</i> <i>Natália Camba Martins</i>	95
Isenções Heterônomas de Tributos Estaduais e Municipais por Meio de Tratado Internacional <i>Marcelo Azevedo de Andrade</i>	111
Limites e Possibilidades do Princípio da Legalidade Administrativa no Paradigma do Estado Democrático de Direito: Uma Análise a Partir da (Im)Possibilidade da Suspensão do Pagamento do Contratado em Decorrente de sua Situação Fiscal Irregular <i>Raphael Peixoto de Paula Marques</i>	123
O Futuro da Profissão Legal <i>Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha</i> <i>Romeu Costa Ribeiro Bastos</i>	139

Sobre a Constitucionalidade dos Parâmetros Estabelecidos para a Fixação do Teto Remuneratório do Serviço Público: Um Estudo à Luz do <i>Leading Case</i> em Julgamento no STF (MS Nº 24.875) <i>André Luiz Santa Cruz Ramos</i> <i>Rodrigo Cunha Veloso</i>	149
Teoria do Equilíbrio na Análise Jurídica de Ambientes Concorrenciais: A Contribuição de John Nash para o Direito <i>Leonardo Vizeu Figueiredo</i>	183
Vedações de Dispêndios e Outras Práticas Administrativas no Último Ano de Mandato ou Legislatura <i>Homero Andretta Junior</i>	187



Escola da Advocacia-Geral da União

REVISTA DA AGU

ANO V Nº 11 - DEZEMBRO DE 2006
Brasília - DF

Índice

Da Impossibilidade de Instaurar e Processar Administrativamente o Ex-Servidor <i>Luis Antonio Leite</i>	7
Demarcação de Terras Indígenas <i>Alisson da Cunha Almeida</i> <i>Artur Soares de Castro</i> <i>José Moreira da Silva Neto</i> <i>Leonardo Fernandes Furtado</i>	19
Kelsen e o Direito Universal - Discussão sobre o Estado e o Direito nas relações internacionais <i>Marcos Augusto Maliska</i>	65
Legitimação do Ministério Público na Tutela dos Direitos Individuais Homogêneos Mediante Ação Civil Pública <i>Carlos Luiz Neto</i>	75
Linhas Mínimas para a Descrição de uma Teoria dos Procedimentos Cautelares <i>Jefferson Carús Guedes</i>	87
A Dignidade da Pessoa e os Limites a Ela Impostos pela Reserva do Possível <i>Rui Magalhães Piscitelli</i>	107
Questões Pacíficas e Temas Controvertidos sobre o Controle Concentrado de Constitucionalidade <i>Orlando Luiz Zanon Junior</i>	131
Pontos Controvertidos do Contrato de Gestão <i>Alcione Vicente Schmitt</i>	145
Embargos de Declaração <i>André Luiz Santa Cruz Ramos</i>	151
Alguns Aspectos Relevantes da Fazenda Pública em Juízo <i>Marcus Vinicius Lima Franco</i>	175
Impenhorabilidade do Imóvel Residencial do Celibatário Comentários ao Recurso Especial nº 450.989 - RJ <i>Guilherme Beux Nassif Azem</i>	189



Escola da Advocacia-Geral da União

REVISTA DA AGU

ANO VI Nº 13 - AGOSTO DE 2007
Brasília - DF

ÍNDICE

Apresentação	5
ARTIGOS	
Jurisdição Constitucional e Conflitos Políticos <i>Romel Madeiro de Macedo Carneiro</i>	9
Advogado de Estado - Defesa do Interesse Público - Independência Funcional Mitigada <i>Cláudio Granzoto</i>	19
Do Conceito de Ampla Defesa Constitucional no Processo Administrativo Disciplinar <i>Daniela Figueira Aben-Athar</i>	37
O Devido Processo Legal e a Efetividade Processual: Uma Difícil Relação <i>Carlos Luiz Neto</i>	45
Direito Processual Social no Brasil: As Primeiras Linhas <i>Jefferson Carús Guedes</i>	59
A Evolução da Ordem Econômica no Direito Constitucional Brasileiro e o Papel das Agências Reguladoras <i>Leonardo Vizeu Figueiredo</i>	89
A Licitação no Formato Eletrônico e o Compromisso com a Eficiência (Projeto de Lei nº 7.709, de 2007) <i>Marinês Restellato Dotti</i>	115
O Estado em Juízo e a Utilização de Recursos Judiciais <i>Ricardo Marcelino Santana</i>	129
A Incorporação dos Tratados Internacionais de Direitos Humanos no Cenário da Emenda à Constituição nº 45/2004: Notas Acerca da Compulsoriedade do Novo Regime e da Denúncia dos Tratados <i>Leandro Caletti</i>	153
Breves Considerações Acerca do Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei Federal de que Trata o Artigo 14 da Lei nº 10.259, de 12.07.2001 <i>Helena Weirich de Oliveira</i>	177
NOTAS	
Concessão de Serviço Público e Ato Jurídico Perfeito <i>Luiz Eduardo Diniz Araújo</i>	189
A Contribuição das Câmaras de Conciliação Estatais para a Racionalização da Prestação Jurisdicional <i>Roberto Aragão Ribeiro Rodrigues</i>	195

REVISTA DA
AGU

ANO VII Nº 15 - MARÇO DE 2008 - Brasília - DF

ÍNDICE

Apresentação	5
Editorial.....	7
ARTIGOS	
A Advocacia Pública como Instrumento do Estado Brasileiro no Controle da Juridicidade dos Atos da Administração Pública <i>Aldemário Araújo Castro</i>	9
Responsabilidade do Estado por Ação ou Omissão Legislativa <i>Alexandre Alves Feitosa</i>	17
A Prescrição e o seu Conhecimento <i>Ex Officio</i> <i>Bernardo Alves da Silva Júnior</i>	67
Constitucionalidade do Art. 16, § 2º, da Lei N. 8.213, de 24.7.1991 com Redação dada pela Lei nº 9.528, de 1997 <i>Henrique Tróccoli Júnior</i>	81
A Nova Redação do § Único do Art.876 da CLT e sua Aplicação Imediata <i>José Evaldo Bento Matos Júnior</i>	95
A Supremacia Normativa das Decisões Constitucionais do STF e o Princípio da Instrumentalidade do Processo <i>Luís Carlos Martins Alves Jr.</i>	103
Hermenêutica Constitucional da Posse Indígena <i>Luís de Freitas Júnior</i>	129
As <i>Astreintes</i> e a Improcedência da Demanda <i>Luiz Antonio Miranda Amorim Silva</i>	149
Medidas Provisórias <i>Matheus Rocha Avelar</i>	169
Natureza Jurídica dos Tribunais de Contas, no Brasil <i>Paulstein Aureliano de Almeida</i>	201
Embargos à Execução Interpostos pela Fazenda Pública: Constitucionalidade da Ampliação do Prazo para 30 (Trinta) Dias – Questões Práticas <i>Raphael Diógenes Serafim Vieira</i>	213

Relativização da Coisa Julgada e a Segurança Jurídica à Luz do Princípio da Concordância Prática. <i>Raul Murilo Fonseca Lima</i>	229
Educação Corporativa e os Servidores: A Experiência de Pernambuco <i>Renata de Queiroga e Melo Farias</i>	237
JURISPRUDÊNCIA	
Súmula Vinculante <i>Grace Maria Fernandes Mendonça</i>	263
PARECER	
Anistiados do Governo Collor <i>Ronaldo Jorge Araujo Viera Junior</i>	267

REVISTA DA
AGU

ANO VII N° 17 - Brasília-DF, jul./set. 2008

SUMÁRIO

Apresentação.....	5
Editorial.....	7

INSTITUCIONAL

A Procuradoria-Geral Federal e a Defesa das Políticas e do Interesse Públicos a Cargo da Administração Indireta <i>Marcelo de Siqueira Freitas</i>	9
---	---

ARTIGOS

Da Relativização da Coisa Julgada Inconstitucional <i>Carina Bellini Cancelli</i>	25
Repercussão Geral dos Recursos Extraordinários e a Objetivação do Controle Concreto de Constitucionalidade <i>Clarissa Teixeira Paiva</i>	47
A Isenção Previdenciária da Emenda Constitucional nº 20/1998 e o Abono de Permanência da Ec nº 41/2003 <i>Clemilton da Silva Barros</i>	89
A Necessidade de Harmonização das Legislações Consumeristas para o Processo de Integração no Mercosul <i>Fabício Castagna Lunardi</i>	103
Do valor probatório da sentença trabalhista na relação jurídica previdenciária <i>Germano Bezerra Cardoso</i>	117
Controle Externo, Administração Pública e Transparência Administrativa <i>Helton Roseno Lima</i>	137
Comentários ao <i>Caput</i> do Novo Art. 475-J do Código de Processo Civil <i>Mário Henrique Cavalcanti Gil Rodrigues</i>	179
As Causas de Vacância do Cargo Público e o Direito de Recondução do Servidor Estável <i>Paulo Álvares Babilônia</i>	207

A Responsabilidade do Parecerista na Análise das Minutas de Editais e Contratos

Ronny Charles Lopes de Torres 227

PARECER

Solução de controvérsia entre o Banco Central do Brasil e a Secretaria da Receita Federal do Brasil, diante da cobrança de contribuição previdenciária incidente nas remunerações pagas ou creditadas a profissionais autônomos que prestam serviços médicos a beneficiários do Programa de Assistência à Saúde dos servidores do Banco Central do Brasil (PASBC)

Sávia Maria Leite Rodrigues Gonçalves..... 257

JURISPRUDÊNCIA

Medida Cautelar na ADC nº 04 – A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre cabimento de Reclamação contra tutela antecipada concedida em sentença

Rodrigo de Souza Aguiar.....285

REVISTA DA
AGU

ANO VII N° 18 - Brasília-DF, out./dez. 2008

SUMÁRIO

Apresentação	5
Editorial.....	7

INSTITUCIONAL

A Procuradoria-Geral da União, os Interesses Primários e Secundários do Estado e a Atuação Proativa em Defesa do Estado Democrático de Direito e da Probidade Administrativa <i>Fernando Luiz Albuquerque Faria</i>	9
--	---

ARTIGOS

Natureza Substancial ou Procedimental do Lançamento Tributário <i>Brivaldo Pereira dos Santos Junior</i>	29
Da Oponibilidade, Perante os Adquirentes do Imóvel, do Crédito Hipotecário Decorrente do Financiamento para a Construção de Imóveis, desde que Anterior à Promessa de Compra e Venda <i>Diogo Melo de Oliveira</i>	55
Ponderações sobre a Necessidade de a Administração Pública Divulgar, nos Editais Licitatórios, Orçamento Estimado do Objeto que se Pretende Contratar. <i>Leonardo de Oliveira Gonçalves</i>	81
O Sistema Financeiro Nacional na República Federativa do Brasil e a Atualização Monetária <i>Leonardo Vizeu Figueiredo</i>	95
Notas Sobre A Inaplicabilidade da Função Social à Propriedade Pública <i>Nilma de Castro Abe</i>	137
Fundamentos Jurídicos e Pedagógicos do Estado Democrático-Participativo e da Globalização Política <i>Rommel Madeiro de Macedo Carneiro</i>	163
Aspectos Relevantes da Hermenêutica Constitucional. <i>Solange de Holanda Rocha</i>	197
O Abuso do Direito e a Função de Controle da Boa-Fé Objetiva <i>Shandor Portella Lourenço</i>	229

Controle Concentrado de Constitucionalidade Mediante Recurso
Extraordinário

Victor Cesar Berland.....243

PARECER

Avaliação da Existência de Interesse da União em Integrar no Pólo da
Demanda

José Afonso de Albuquerque Netto271

JURISPRUDÊNCIA

Notas Preliminares de Repercussões da Súmula Vinculante que
Limitará Competência da Justiça do Trabalho para Cobrança de
Contribuição Previdenciária

Luciano Marinho Filho281

Revista
Bonijuris
 JUNHO/09

www.novobonijuris.com.br

ACÓRDÃOS - INTEIRO TEOR

Pág. XXV

Guarda de Menor - Requerimento por Avós
- Ausência de Prova Contra a Mãe (TJ/MG)Condomínio em Construção - Alienação
de Unidade - Possibilidade (STJ)Honorários Advocatícios - Atuação do Credor
em Cumprimento de Sentença (TRF/4a. Reg.)Estelionato - Compra em Loja Virtual com Uso
de Cartão de Crédito de Terceiro (STJ)Leilão - Edital Eletrônico - Invalidez do
Procedimento Expropriatório (TRT/15a. Reg.)Concurso Público - Candidato Portador de
Deficiência - Teste de Aptidão Física (TJ/DF)ICMS - Cobrança de Diferença de Valor Declarado
em Guia de Informação e Apuração (STJ)**LEGISLAÇÃO**

Pág. LIII

Lei Complementar nº 130/09 - Cooperativas de
Crédito - Instituição do Sistema Nacional
de Crédito Cooperativo**DOCTRINA****ENSAIO SOBRE A MECÂNICA OBRIGACIONAL E CONTRATUAL**

Carlos Alberto Bittar Filho

Pág. V

**A ANÁLISE DA CULPABILIDADE DO CONTRIBUINTE NA
APLICAÇÃO DA MULTA PUNITIVA TRIBUTÁRIA NOS TERMOS
DO ART. 136 DO CTN**

Flávio Azambuja Berti

Helton Kramer Lustoza

Pág. IX

**ABORDAGEM CRÍTICA AO DIREITO PENAL: ENTRE O
DISCURSO E A PRÁTICA**

João Carlos Carvalho da Silva

Edilson Francisco Gomes

Pág. XIII

**A RECUPERAÇÃO JUDICIAL PODE SER A SAÍDA PARA
EMPRESAS EM CRISE FINANCEIRA**

José Eli Salamacha

Pág. XVI

**AMAZÔNIA AZUL: NA IMINÊNCIA DE EXPANSÃO DO
TERRITÓRIO MARÍTIMO BRASILEIRO**

Eliane M. Octaviano Martins

Pág. XIX

COMO DECIDEM OS TRIBUNAIS Pág. LV

União Estável e Entidades Familiares Concomitantes – O Poliamor Como

Critério Jurídico do Direito de Família

Denis Donoso

Repositório Autorizado

TST - Registro nº 24/2001

STF - Registro nº 34/2003

STJ - Registro nº 56/2005

DOCTRINA

Ensaio Sobre a Mecânica Obrigacional e Contratual	05
<i>Carlos Alberto Bittar Filho</i>	
A Análise da Culpabilidade do Contribuinte na Aplicação da Multa Punitiva Tributária nos Termos do Art. 136 do CTN	09
<i>Flávio Azambuja Berti</i>	
<i>Helton Kramer Lustoza</i>	
Abordagem Crítica ao Direito Penal: Entre o Discurso e a Prática	13
<i>João Carlos Carvalho da Silva</i>	
<i>Edilson Francisco Gomes</i>	
A Recuperação Judicial Pode Ser a Saída Para Empresas em Crise Financeira ..	16
<i>José Eli Salamacha</i>	
Amazônia Azul: na Iminência de Expansão do Território Marítimo Brasileiro ..	19
<i>Eliane M. Octaviano Martins</i>	

ACÓRDÃO EM DESTAQUE

Apelação - Fuga do Réu Após Recorrer - Deserção - Inocorrência - Art. 595/CPP (STF) ..	21
--	----

INTEIRO TEOR

Guarda de Menor - Requerimento por Avós - Ausência de Prova Contra a Mãe (TJ/MG) ...	25
Condomínio em Construção - Alienação de Unidade - Possibilidade (STJ)	27
Honorários Advocatícios - Atuação do Credor em Cumprimento de Sentença (TRF/4a. Reg.) ..	30
Estelionato - Compra em Loja Virtual com Uso de Cartão de Crédito de Terceiro (STJ) .	31
Leilão - Edital Eletrônico - Invalidez do Procedimento Expropriatório (TRT/15a. Reg.) ...	33
Concurso Público - Candidato Portador de Deficiência - Teste de Aptidão Física (TJ/DF) ..	36
ICMS - Cobrança de Diferença de Valor Declarado em Guia de Informação e Apuração (STJ) .	38

EMENTÁRIO

Civil - Comercial	40
Imobiliário	41
Processo Civil	43
Penal - Processo Penal	45
Trabalhista - Previdenciário	47
Administrativo - Constitucional	49
Tributário	51

LEGISLAÇÃO

Lei Complementar nº 130/09 - Cooperativas de Crédito - Instituição do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo	53
---	----

COMO DECIDEM OS TRIBUNAIS

União Estável e Entidades Familiares Concomitantes – O Poliamor Como Critério Jurídico do Direito de Família	55
<i>Denis Donoso</i>	

EVENTOS/NOTÍCIAS	58
-------------------------------	----

REPOSITÓRIO AUTORIZADO

TST Nº 24/2001
STF Nº 34/2003
STJ Nº 56/2005

COEDIÇÃO:

AMAPAR - ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO PARANÁ
AMC - ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS CATARINENSES
AMATRA - ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO TRABALHO - IX E XII

Revista Bonijuris
ISSN 1809-3256
Ano XXI - Nº 547
Edição Mensal - Junho/2009

Editor
Jornalista Arnoldo Anater
(in memoriam)

INSTITUTO DE PESQUISAS JURÍDICAS BONIJURIS
R. Marechal Deodoro, 344 - 3º and. - CEP 80010-010 - Curitiba - PR
www.novobonijuris.com.br
Administrativo - Comercial - Suporte de Informática
Fone-fax: (41) 3323-4020
E-mail: bonijuris@bonijuris.com.br / comercial@bonijuris.com.br
Jurídico - Pesquisa - Serviços de Apoio
Fone: (41) 3322-3835
E-mail: juridico@bonijuris.com.br

Revista
Bonijuris
 JULHO/09

ACÓRDÃOS - INTEIRO TEOR

Pág. XXIV

Plano de Saúde - Cláusula de Limitação do
 Valor de Tratamento - Abusividade (STJ)

Condomínio - Instalação de Toldo Removível
 - Impossibilidade - Alteração da Fachada (TJ/DF)

Penhora *On-Line* de Valor em Conta Corrente
 - Penhora sobre Faturamento da Empresa (TJ/RS)

Execução Provisória da Pena - Impossibilidade
 - Princípio da Não Culpabilidade (STF)

Audiência - Não Comparecimento
 do Reclamado - Revella Afastada (TRT/2a. Reg.)

Conferência Aduaneira - Apreensão
 da Mercadoria até Desembaraço (TRF/3a. Reg.)

Importação por Meio de Arrendamento Mercantil
 - Leasing - Não Incidência de ICMS (STJ)

LEGISLAÇÃO

Pág. LI

Lei nº 11.947/09 - Alimentação Escolar
 - Programa Dinheiro Direto na Escola

DOCTRINA**O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA LIVRE CONCORRÊNCIA E O
 PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO**

Cláudia Maria Borges Costa Pinto

Pág. V

**RECEBIMENTO DA DENÚNCIA OU QUEIXA: OS ARTS. 396,
 CAPUT, E 399, DO CPP, COM A REDAÇÃO DA LEI N. 11.719/08**

Renato Marcão

Pág. X

A NOVA LEI DO ESTÁGIO — ASPECTOS CRÍTICOS

Luciano Augusto de Toledo Coelho

Pág. XI

**INCIDÊNCIA DE IPTU — POSSE EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO
 AMBIENTAL**

Raquel Cardoso Lopes

Pág. XV

**EXECUÇÃO NO BRASIL DE SENTENÇA DE INDENIZAÇÃO
 COMPENSATÓRIA PROFERIDA PELA
 CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS**

Rodolpho Randow

Pág. XVII

CONSELHO EDITORIAL

Coordenador: Luiz Fernando Coelho
 Antonio Carlos Facioli Chedid
 Carlos Alberto Silveira Lenzi
 Carlos Roberto Ribas Santiago
 Clèmerson Merlin Clève
 Edésio Franco Passos
 Hélio de Melo Mosimann
 Humberto D'Ávila Rufino
 Jacinto Nelson de Miranda Coutinho
 João Casillo
 João Oreste Dalazen
 Joel Dias Figueira Júnior
 Manoel Antonio Teixeira Filho
 Manoel Caetano Ferreira Filho
 Maximiliano Nagl Garcez
 Paulo Henrique Blasi
 Zeno Simm

DIRETOR

Luiz Fernando de Queiroz

CONSELHO DE PESQUISADORES

André Barbieri Souza
 Carlos Oswaldo M. Andrade
 Eduardo Cambi
 Elionora Harumi Takeshiro
 Geison de Oliveira Rodrigues
 Geraldo Vaz da Silva
 José Lúcio Glomb
 Joseph Ernst Gardemann Filho
 Luciano Augusto de Toledo Coelho
 Luiz Carlos da Rocha
 Luiz Salvador
 Maria de Lourdes Cardon Reinhardt
 Paula Tiemi Toyofuku
 Rafael Cessetti
 Rogério Distéfano
 Roland Hasson
 Sérgio de Aragon Ferreira
 Solange Roessle
 Yoshihiro Miyamura

DOCTRINA

O Princípio Constitucional da Livre Concorrência e o Processo de Globalização	05
<i>Cláudia Maria Borges Costa Pinto</i>	
Recebimento da Denúncia ou Queixa: os Arts. 396, Caput, e 399, do CPP, com a Redação da Lei n. 11.719/08	10
<i>Renato Marcão</i>	
A Nova Lei do Estágio – Aspectos Críticos	11
<i>Luciano Augusto de Toledo Coelho</i>	
Incidência de IPTU – Posse em Área de Preservação Ambiental	15
<i>Raquel Cardoso Lopes</i>	
Execução no Brasil de Sentença de Indenização Compensatória Proferida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos	17
<i>Rodolpho Randow</i>	

ACÓRDÃO EM DESTAQUE

Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - Posterior Decretação de Falência (STJ)	21
---	----

INTEIRO TEOR

Plano de Saúde - Cláusula de Limitação do Valor de Tratamento - Abusividade (STJ)	24
Condomínio - Instalação de Toldo Removível - Impossibilidade - Alteração da Fachada (TJ/DF)	28
Penhora <i>On-Line</i> de Valor em Conta Corrente - Penhora sobre Faturamento da Empresa (TJ/RS)	30
Execução Provisória da Pena - Impossibilidade - Princípio da Não Culpabilidade (STF)	32
Audiência - Não Comparecimento do Reclamado - Revelia Afastada (TRT/2a. Reg.)	35
Conferência Aduaneira - Apreensão da Mercadoria até Desembarço (TRF/3a. Reg.)	36
Importação por Meio de Arrendamento Mercantil - <i>Leasing</i> - Não Incidência de ICMS (STJ)	37

EMENTÁRIO

Civil - Comercial	39
Imobiliário	41
Processo Civil	42
Penal - Processo Penal	44
Trabalhista - Previdenciário	45
Administrativo - Constitucional	48
Tributário	49

LEGISLAÇÃO

Lei nº 11.947/09 - Alimentação Escolar - Programa Dinheiro Direto na Escola	51
---	----

COMO DECIDEM OS TRIBUNAIS

Uso, para Outros Fins, de Áreas Recebidas pelo Município em Processos de Loteamento	55
<i>Affonso de Aragão Peixoto Fortuna</i>	

EVENTOS/NOTÍCIAS	58
-------------------------------	----

REPOSITÓRIO AUTORIZADO

TST Nº 24/2001
 STF Nº 34/2003
 STJ Nº 56/2005

COEDIÇÃO:

AMAPAR - ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO PARANÁ
 AMC - ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS CATARINENSES
 AMATRA - ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO TRABALHO - IX E XII

Revista Bonijuris
 ISSN 1809-3256
 Ano XXI - Nº 548
 Edição Mensal - Julho/2009

Editor
 Jornalista Arnaldo Anater
(in memoriam)

INSTITUTO DE PESQUISAS JURÍDICAS BONIJURIS
 R. Marechal Deodoro, 344 - 3º and. - CEP 80010-010 - Curitiba - PR
www.novobonijuris.com.br

Administrativo - Comercial - Suporte de Informática
 Fone-fax: (41) 3323-4020
 E-mail: bonijuris@bonijuris.com.br / comercial@bonijuris.com.br

Jurídico - Pesquisa - Serviços de Apoio

Fone: (41) 3322-3835
 E-mail: juridico@bonijuris.com.br



Direito Processual Penal

A superpopulação e a precariedade das casas prisionais no Brasil – uma análise do problema, suas origens e situação atual.

Reforma do Código de Processo Penal: as importantes mudanças introduzidas pelas Leis ns. 11.689, 11.690 e 11.719, de 2008.

“Delação premiada”: sua contribuição na aquisição de provas processuais e a necessidade de a legislação brasileira estabelecer um regramento de ordem processual para nortear o procedimento a ser utilizado e a valoração probatória das declarações dos co-réus que colaboram a Justiça.

SUMÁRIO

Revista CEJ, Ano XIII, n. 44, jan./mar. 2009

- DIREITO PROCESSUAL PENAL** **4** DA NATUREZA JURÍDICA DA INTERDIÇÃO DE ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS E DO ENFOQUE MACRO DO PROBLEMA PRISIONAL
The juridical nature of prison closure and an overall approach to the jail issue
Jorge Maurique e Rafael Garcia
- 11** A EMENDATIO LIBELLI E A MUTATIO LIBELLI NA REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL
The role of Emendatio Libelli and Mutatio Libelli in the Criminal Procedure Code reform
Danielle Souza de Andrade e Silva
- 20** REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL: LEIS N. 11.689, N. 11.690 E N. 11.719, DE 2008
Criminal Procedure Code Reform: Laws 11,689, 11,690 and 11,719, of 2008.
Walter Nunes
- 25** VALOR PROBATÓRIO DA COLABORAÇÃO PROCESSUAL (DELAÇÃO PREMIADA)
Probative value of legal collaboration (plea bargaining)
Frederico Valdez Pereira
- DIREITO CONSTITUCIONAL** **36** LEGITIMIDADE DA DEFENSORIA PÚBLICA PARA AÇÃO CIVIL PÚBLICA: INCONSTITUCIONALIDADE
The public defender's office legitimacy for filing a public civil action: unconstitutionality
Renato Franco de Almeida
- 45** DESEJO, NECESSIDADE, VONTADE: O ESTADO COMO GARANTE DAS POTENCIALIDADES HUMANAS
Desire, need, will: the State as a guarantor of human potentialities
Haradja Torrens
- 53** REFLEXÕES PARA UMA NOVA TEORIA SOBRE O PODER CONSTITUINTE: A TESE DO PATRIOTISMO CONSTITUCIONAL COMO SUPERAÇÃO DAS ANTIGAS TRADIÇÕES
Thoughts on a new constituent power theory: the constitutional patriotism thesis for overcoming ancient patterns
Flávio Quinaud Pedron
- 65** ALIMENTOS GRAVÍDICOS: AVANÇO OU RETROCESSO?
Alimony during pregnancy: an improvement or a regression?
Cleber Alfonso Angeluci
- DIREITO TRIBUTÁRIO** **72** PEQUENAS OBSERVAÇÕES SOBRE CERTOS ASPECTOS DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DO CONTRIBUINTE
Small observations on specific aspects of taxpayers' basic rights
Alberto Nogueira Júnior
- DISCURSO JURÍDICO** **81** REALIDADES, MEMÓRIA, TENSÕES SOCIAIS E DIREITO
Realities, memory, social tensions and Law
Simone Martins
- INDICAÇÕES LITERÁRIAS** **89** APOSENTADORIA ESPECIAL: REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
Por J. E. Carreira Alvim
- TEMAS DE DIREITO CIVIL-EMPRESARIAL
Por Heloísa Helena Barboza
- CURSO MODULAR DE DIREITO TRIBUTÁRIO
Por James Marins

A&C

Revista de Direito Administrativo & Constitucional



ISSN 1516-3210

A&C R, de Dir. Administrativo & Constitucional	Belo Horizonte	ano 9	n. 36	p. 1-252	abr./jun. 2009
--	----------------	-------	-------	----------	----------------

Sumário

Editorial	9
-----------------	---

DOCTRINA

Artigos

Las limitaciones administrativas a la propiedad por razones de ordenación territorial y ordenación urbanística en Venezuela, y el curioso caso de una ley sancionada que nunca entró en vigencia

Allan R. Brewer-Carías	13
I Los principios constitucionales sobre la propiedad	16
1 El régimen en la Constitución de 1999	16
2 Antecedentes constitucionales inmediatos	19
3 La garantía constitucional de la propiedad y la reserva legal	22
4 Las limitaciones al uso de la propiedad por razones de ordenación territorial y urbana	24
II El regimen legislativo de las limitaciones a la propiedad por razones de ordenación territorial y urbana	26
1 El régimen en la Ley Orgánica de Ordenación del Territorio de 1983	26
2 El régimen en la Ley Orgánica de Ordenación Urbanística de 1987	32
3 La fallida intención de derogar y sustituir el régimen legal establecido en las Leyes Orgánicas de 1983 y 1988	44
III Las proyectadas limitaciones al uso de la propiedad territorial como consecuencia de la ordenación del territorio en la Ley Orgánica de 2005 que nunca entro en vigencia	45
1 Régimen general de la vinculación de la propiedad a los planes de ordenación y las "constancias de uso conforme" como mecanismo de control	45
IV Las proyectadas limitaciones al uso de la propiedad territorial como consecuencia de la ordenación urbanística conforme a la Ley Orgánica que nunca entró en vigencia	47
1 Las limitaciones a la propiedad privada y la vinculatoriedad de los planes	47
2 El régimen de la ejecución del desarrollo urbanística, el ajuste las variables urbanas fundamentales y las autorizaciones municipales	49
3 Las técnicas municipales de control que se proponían	51
Apreciación final	52

Poderes em conflito: instrumentos de mediação

André Carlos da Silva	55
1 Introdução	55
2 Instrumentos de mediação: uma perspectiva horizontal	57
2.1 A prerrogativa de Locke	57
2.2 As faculdades de estatuir e de impedir de Montesquieu	61
2.3 Os freios e contrapesos dos federalistas	63
3 Instrumentos de mediação: uma perspectiva vertical	65
3.1 O poder moderador de Benjamin Constant	66
3.2 A jurisdição constitucional de Carl Schmitt e Hans Kelsen	68
Conclusão	71
Referências	72

A responsabilidade civil do Estado por conduta omissiva

Andréia Schuta	75
1 Introdução	75
2 Responsabilidade civil	76
2.1 Breves considerações sobre a responsabilidade civil	76
2.2 Elementos da responsabilidade civil	79
2.2.1 Conduta humana	80
2.2.2 Culpa	81
2.2.3 Nexo de causalidade	85
2.2.4 Dano	88
2.3 Modalidades da responsabilidade civil	90
2.3.1 Responsabilidade objetiva	91
2.3.2 Responsabilidade subjetiva	92
3 Responsabilidade civil do Estado	92
3.1 Definições	92
3.2 Teorias sobre a responsabilidade civil do Estado	94
3.2.1 Teoria da irresponsabilidade	95
3.2.2 Teorias civilistas	96
3.2.2.1 Teoria dos atos de império e de gestão	96
3.2.2.2 Teoria da responsabilidade subjetiva ou teoria da culpa civil	98
3.2.3 Teorias publicistas	99
3.2.3.1 Teoria da culpa	100
3.2.3.2 Teoria do risco administrativo	102
3.2.3.3 Teoria do risco integral	103
3.3 Causas excludentes da responsabilidade civil do Estado	105
4 Responsabilidade civil do Estado por conduta omissiva	110
4.1 Conduta omissiva	110
4.2 Concorrência da responsabilidade objetiva e subjetiva	113
5 Conclusão	119
Referências	121

Teoria da supremacia do interesse público: crise, contradições e incompatibilidade de seus fundamentos com a Constituição Federal

Gabriel de Araújo Lima	123
1 Apresentação	123
2 Crise e tentativas de revitalização do paradigma da supremacia do interesse público sobre o interesse privado	124
3 Superação e obsolescência do paradigma da supremacia do interesse público sobre o interesse privado: considerações sobre a questão ideológica	129
4 Está a teoria da supremacia ainda assentada sobre uma premissa indiscutível?	132
5 A “supremacia do interesse público sobre o privado” submetida a um exame de lógica e conceituação jurídica	133
6 Fundamentos epistemológicos da teoria da supremacia e sua incompatibilidade com a Constituição Federal de 1988	134
6.1 Introdução	134
6.2 A pessoa como epicentro axiológico do ordenamento jurídico e a interpretação do Supremo Tribunal Federal em uma hipótese de conflito entre interesse público e direito individual	135
6.3 Interesses do Estado = interesses da Sociedade?	139
6.4 Por uma epistemologia que não seja meramente idealista	140
7 Algumas impressões, idéias e conclusões	147
Referências	149

Responsabilidade civil do Estado em face de terceiros não-usuários de serviços públicos: teoria e jurisprudência

Humberto Alves de Campos	155
1 Introdução	155
2 Responsabilidade civil do Estado: uma visão histórico-jurídica	156
3 Responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro	162
4 Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e a responsabilidade com os terceiros não-usuários	171
5 Considerações finais	174
Referências	176

Responsabilidade civil extracontratual do Estado: análise das conseqüências jurídicas do assédio moral praticado contra servidor público federal

Thiago Cássio d'Ávila Araújo	177
1 Introdução	177
2 Assédio moral: compreensão da idéia	179
2.1 O que é assédio moral?	180
2.2 O que não é assédio moral	186
2.3 Assédio moral é crime?	188
3 Assédio moral contra servidor público	191
4 Assédio moral: que danos?	194
4.1 Danos à saúde física e psíquica da vítima	195
4.2 Danos às relações interpessoais da vítima	197
4.3 Danos ao patrimônio da vítima	197
4.4 Análise jurídica dos danos	201
5 Responsabilidade civil do Estado por assédio moral contra servidor público	206
6 Conclusões	214
Referências	215

Desapropriação para fins de reforma agrária e limite discricionário

Luasses Gonçalves dos Santos	217
1 Introdução	217
2 Desapropriação	218
2.1 Conceitos: desapropriação, necessidade pública, utilidade pública e interesse social	218
2.2 Formas de desapropriação previstas na Constituição de 1988	220
2.2.1 Desapropriação de imóvel rural – Descumprimento da função social – Construção de imóveis para fins de reforma agrária	221
2.2.1.1 A função social da propriedade rural como elemento essencial para consecução da desapropriação	222
3 Delimitação do ato administrativo no âmbito da desapropriação para fins de reforma agrária	223
3.1 Ato administrativo: vinculação e discricionariedade	224
3.1.1 Ato administrativo. Conceito	224
3.1.2 Ato administrativo vinculado e discricionário	224
3.1.2.1 Vinculação	225
3.1.2.2 Discricionariedade	226
3.2 O decreto presidencial que declara imóvel rural de interesse social para fins de reforma agrária: ato administrativo próprio a efetivar a desapropriação	228
4 Desapropriação para fins de reforma agrária e limite discricionário	230
4.1 Desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária: natureza do decreto declaratório como ato administrativo estritamente vinculado	230

4.1.1	Exceções: desapropriação de imóveis inaptos à reforma agrária ou pequenas e médias propriedades rurais. Não enquadramento do art. 185, II, CF. Interpretação sistemática da Constituição	234
4.1.2	O artigo 185, II, da Constituição Federal, como norma não limitadora da reforma agrária – Aspecto jurídico e político	237
5	Conclusão	239
	Referências	241
Índice		243
Abstracts		247
Instruções para os autores		251

ISSN 1983-7283



EMERON

Escola da Magistratura do Estado de Rondônia
Fundada em 1986

**REVISTA DA ESCOLA DA MAGISTRATURA
DO ESTADO DE RONDÔNIA**
(Criada em agosto de 1996)

Ano 2008 - Nº 17
Porto Velho - Rondônia

ÍNDICE

-
- 11** **O Processo Administrativo, a Lei 9.784/99 e seus Princípios Jurídicos**

Alexandre Miguel

- 95** **Reforma das Diretrizes Gerais Judiciais:
A modernização do Protocolo Integrado no Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia**

Cristiano Gomes Manzini

- 147** **Juizados Informais de Família**

Dalmo Antônio de Castro Bezerra

- 197** **Justiça Preventiva nas Escolas**

Deisy Crhistian Lorena de Oliveira Ferraz

- 245** **Efetividade aos Provimentos Judiciais em Ação Civil Pública Coletiva Contra o Estado para Cumprimento de Obrigação de Fazer na Realização de Direitos e Garantias Fundamentais, Individuais e Sociais**

Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa

- 289** **Depoimento Sem Dano - Viabilidade Jurídica, Eficácia segundo as Ciências Afins e a Necessidade de sua Implantação no Judiciário Rondoniense**

Emy Karla Yamamoto Roque

ISSN 1983-7283



EMERON

Escola da Magistratura do Estado de Rondônia
Fundada em 1986

**REVISTA DA ESCOLA DA MAGISTRATURA
DO ESTADO DE RONDÔNIA**
(Criada em agosto de 1996)

Ano 2008 - Nº 18
Porto Velho - Rondônia

ÍNDICE

-
- 11** **A Extinção da Execução Fiscal**
Franklin Vieira dos Santos
-
- 77** **Execução de Título Judicial Contra a Fazenda Pública: Procedimentos e Controvérsias**
Inês Moreira da Costa
-
- 123** **Morosidade do Poder Judiciário - Apontamentos: Causas e Propostas de Soluções**
Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza
-
- 171** **A Virtualização das Comunicações Administrativas e Judiciais no Âmbito do Poder Judiciário do Estado de Rondônia**
Flávio Henrique de Melo
-
- 219** **Padronização de Procedimentos e Decisões**
Jorge Luiz dos Santos Leal
-
- 257** **A Conciliação Como Forma de Redução do Tempo de Duração do Processo**
Guilherme Ribeiro Baldan
-
- 303**

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Brasília • ano 46 • nº 181
Janeiro/março – 2009

SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Brasília · ano 46 · nº 181 · janeiro/março · 2009

Gustavo Just

O direito como ordem e hermenêutica. A filosofia do direito de Nelson Saldanha 7

Júlio Aguiar de Oliveira

Sistema de regras? Uma crítica à concepção positivista do Direito como sistema de regras 17

Reinaldo Pereira e Silva

Omissões administrativas e controle concentrado de constitucionalidade 29

Priscila Campana e
Olga Maria Boschi

A falácia do discurso da doação das leis trabalhistas. Recuperando outras memórias históricas 53

Ana Maria D'Ávila Lopes e
Sheila Monteiro Uchoa

Orçamento público e participação ativa. Crianças e adolescentes em movimento para o exercício da cidadania 71

Roberto de Almeida Luquini e
Nara Abreu Santos

Multilateralismo e regionalismo no âmbito da liberalização do comércio mundial 91

Luiz Eduardo Anesclar

A convalidação da Medida Provisória. Estudo comparativo com a doutrina constitucional espanhola 101

Valerio de Oliveira Mazzuoli

Teoria geral do controle de convencionalidade no direito brasileiro 113

Eduardo Biacchi Gomes e
Bettina Augusta Amorim Bulzico

A efetividade dos direitos dos cidadãos na proteção ao Meio Ambiente. A existência de um direito fundamental 141

René Marc da Costa Silva

Tutela como um mecanismo de produção e reprodução da desigualdade étnica e racial na sociedade brasileira pós-colonial 155

Argemiro Procópio

Migrantes, garimpeiros e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas 163

Samantha Ribeiro Meyer-Pflug e
Vitor Eduardo Tavares de Oliveira

O Brasil e o combate internacional à corrupção 187

Christian Edward Cyril Lynch

Tratado, Governo e Congresso. A referenda de tratados e a possibilidade de sua alteração legislativa no direito público brasileiro 195

Fábio Martins de Andrade	As cláusulas pétreas como instrumentos de proteção dos direitos fundamentais 207
Alaor Barbosa	Dois temas importantes: biografias “não-autorizadas” e limites de citações de livros 227
Marcelo da Fonseca Guerreiro	Apontamentos sobre a tutela patentária de medicamentos no Brasil 239
Wremyr Scliar	Controle externo brasileiro. Poder Legislativo e Tribunal de Contas 249
Daniel Rocha Corrêa	Práticas restritivas verticais. Contributo da experiência europeia para o direito da concorrência brasileiro 277
João Carlos de Carvalho Rocha	Liberalismo político e comunitarismo na Constituição de 1988 297
Pedro Henrique Pedrosa Nogueira	Os limites linguístico-legislativos da discricionariedade judicial 313
Marcos Vinício Chein Feres, Pedro do Carmo Baumgratz de Paula e Valquíria Monteiro	Plano de Ação 2007-2010 “Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional”. Uma análise jurídico-crítica à luz da Teoria do Discurso 327
Rafael Cavalcanti Lemos	Lei Maria da Penha e ação penal no caso de lesão corporal leve 339



REVISTA FORENSE

Volume 400 – ANO 104

NOVEMBRO – DEZEMBRO DE 2008

ISSN 0102-8413

FUNDADA EM 1904

PUBLICAÇÃO NACIONAL DE DOCTRINA, JURISPRUDÊNCIA E LEGISLAÇÃO

FUNDADORES

Mendes Pimentel
Estêvão Pinto

DIRETORES

Arruda Alvim
Eduardo Arruda Alvim
Araken de Assis

CONSELHO EDITORIAL

Bruno Miragem
Eduardo Camargo Righi
Francisco Bilac Moreira Pinto Filho
Humberto Theodoro Júnior
Jorge Miranda

José Carlos Barbosa Moreira
José Ribas Vieira
Luiz Fux
Maria Mendez Rocasolano
Nelson Nery Costa



SUMÁRIO

<i>Abreviaturas e siglas usadas</i>	VII
DOCTRINAS	
RESPONSABILIDADE CIVIL PELO FATO DO PRODUTO NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR – <i>Angélica Arruda Alvim e Eduardo Arruda Alvim</i>	3
PARCELAMENTO DA DÍVIDA EM EXECUÇÃO – <i>Araken de Assis</i>	29
AS DIVERGÊNCIAS NA CONCEITUAÇÃO DA ASSISTÊNCIA SIMPLES E LITISCONSORCIAL – <i>Eduardo Righi</i>	41
OS ASPECTOS LIMITADORES DOS EFEITOS DA SENTENÇA COLETIVA – <i>Glaura Cristina</i>	57
O TERRORISMO INTERNACIONAL COMO AMEAÇA AO DIREITO INTERNACIONAL – <i>Jacob Dolinger</i>	75
DESAPROPRIAÇÃO PARA FINS DE REFORMA AGRÁRIA: ASPECTOS JURÍDICOS E JUDICIAIS – <i>José Ailton Garcia</i>	111
ESTUDO SOBRE O PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE OU RAZOABILIDADE – <i>Luiz Alberto G. S. Rocha</i>	155
O ARTIGO 285-A DO CPC NA NOVA ORDEM PROCESSUAL CIVIL: ALGUMAS REFLEXÕES – <i>Mônica Bonetti Couto</i>	179
JUSTIÇA DA LEI E JUSTIÇA DO CASO – <i>Ovidio A. Baptista da Silva</i>	189
NÃO-INCIDÊNCIA DO IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOAS FÍSICAS NA CESSÃO GRATUITA (COMODATO) DE IMÓVEL – <i>Pedro Wehrs do Vale Fernandes</i>	207
A INTERVENÇÃO MÓVEL DA PESSOA JURÍDICA NA AÇÃO POPULAR E AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (ARTS. 6º, § 3º, DA LAP E 17, § 3º, DA LIA) – <i>Rodrigo Mazzei</i>	227
<i>IN CLARIS CESSAT INTERPRETATIO?</i> ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE OS LIMITES DA INTERPRETAÇÃO JURÍDICA – <i>Tercio Sampaio Ferraz Junior</i>	255
PARECERES	
DIREITO DE AVALIAÇÃO E EVENTUAL DECLARAÇÃO DE COMERCIALIDADE DA DESCOBERTA REALIZADA NO BC-400 – <i>Alexandre Santos de Aragão</i>	273
INCRA – ÔNUS PROBATÓRIO – <i>JUSTO TÍTULO</i> – USUCAPIÃO – SENTENÇA JUDICIAL – <i>Arruda Alvim</i>	311
PUBLICIDADE – LANÇAMENTO E VENDA DE UNIDADES DE EDIFÍCIOS SEM REGISTRO DE INCORPORAÇÃO – CONTRATO DE INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA – LEI Nº 4.591/64 (DISPÕE SOBRE O CONDOMÍNIO EM EDIFICAÇÕES E AS INCORPORAÇÕES IMOBILIÁRIAS) – CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR – CÓDIGO DE PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR – <i>Everaldo Augusto Cambler</i>	333

JURISPRUDÊNCIA CIVIL

Supremo Tribunal Federal	347
Superior Tribunal de Justiça	375
Tribunal Regional Federal da 1ª Região	423
Tribunal Regional Federal da 4ª Região	439
Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro	457
Tribunal de Justiça de São Paulo	463
Tribunal de Justiça de Minas Gerais	465
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios	471
Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul	475
Tribunal de Justiça de Santa Catarina	481

JURISPRUDÊNCIA PENAL

Supremo Tribunal Federal	491
Superior Tribunal de Justiça	515
Tribunal Regional Federal da 1ª Região	547
Tribunal de Justiça de São Paulo	551
Tribunal de Justiça de Minas Gerais	557
Tribunal de Justiça do Paraná	565
Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul	569

ESTUDOS E COMENTÁRIOS

NICOLAU MAQUIAVEL: JUSTIÇA E RAZÃO DE ESTADO – <i>Eduardo Agostinho Arruda Augusto</i>	575
A RELAÇÃO ENTRE O SISTEMA INTERAMERICANO DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E O DIREITO INTERNO – <i>Fernando Gonzaga Jayme</i>	591
O STF NO PERÍODO DE MINHA JUDICATURA: 1975 A 2003 – <i>José Carlos Moreira Alves</i>	607
BREVES ANOTAÇÕES SOBRE A ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL – <i>Luis Felipe Salomão</i>	617
O DÉFICE DE INFORMAÇÃO PARA O CONSUMO NA SOCIEDADE PORTUGUESA – <i>Mário Frota</i>	635
DECLARAÇÕES INTERNACIONAIS E O DIREITO FUNDAMENTAL DE ACESSO AOS TRIBUNAIS – <i>Nagib Slaibi Filho</i>	639
QUESTÕES E QUESTIÚNCULAS INCIDENTES SOBRE A AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS PROPOSTA POR CONDÔMINO EM FACE DE SÍNDICO – <i>Roberto Carvalho de Souza</i>	651

ÍNDICES

Índice Geral	667
Índice de Assuntos	677

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ISSN 1413-3873

REVISTA
DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

(Art. 168 da Lei Complementar nº 106, de 03 de janeiro de 2003)

SUMÁRIO

DOCTRINA

José Augusto Garcia de Sousa — A nova execução civil: o que falta mudar	3
Lincoln Antônio de Castro — Imutabilidade do nome de pessoa natural	39
Marcelo Pereira Marques — Dos requisitos legais autorizadores da formulação da proposta de suspensão condicional do processo penal por membro do Ministério Público	61
Marcos Ramayana — A condenação criminal transitada em julgado e seus reflexos no direito eleitoral	83
Waldemiro José Tróculo Junior — O trabalho infantil e a medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade	107

PARECERES E RAZÕES

Recurso do Ministério Público. Provimento. Inversão do ônus da prova. Necessidade de demonstração da origem do patrimônio do réu. Presunção de responsabilidade (Luiz Fabião Guasque)	131
---	-----

JURISPRUDÊNCIA

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Jurisprudência Criminal

—Habeas corpus — Penas restritivas de direitos — Impossibilidade de sua execução definitiva antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória — Pedido deferido.

— As penas *restritivas* de direitos *somente* podem sofrer *execução definitiva*, não se legitimando, *quanto a elas*, a possibilidade de execução provisória, eis que tais sanções penais alternativas dependem, para efeito de sua efetivação, do trânsito em julgado da sentença que as aplicou. Lei de Execução Penal (art. 147). Precedente.
(*Habeas corpus* 84.859 — RS, Segunda Turma, RTJ 195, pp. 520/523)

149

—1. *Habeas Corpus*. Crimes contra a ordem tributária (Lei n. 8.137, de 1990). Crime societário. 2. Alegada inépcia da denúncia, por ausência de indicação da conduta individualizada dos acusados. 3. Tratando-se de crimes societários, não é inepta a denúncia em razão da mera ausência de indicação individualizada da conduta de cada indiciado. 4. Configura condição de admissibilidade da denúncia em crimes societários a indicação de que os acusados sejam de algum modo responsáveis pela condução da sociedade comercial sob a qual foram supostamente praticados os delitos. Precedentes (HC n. 80.812/PA, DJ de 5-3-2004; RHC n. 65.369/SP, Rel. Min. Moreira Alves, DJ de 27-10-1987; HC n. 73.903/CE, Rel. Min. Francisco Rezek, DJ de 25-4-1997; HC n. 74.791/RJ, Rel. Min. Ilmar Galvão, DJ de 9-5-1997; e RHC n. 59.857/SP, Rel. Min. Firmino Paz, DJ de 10-12-1982). 5. No caso concreto, a denúncia é apta porque comprovou que todos os denunciados eram responsáveis pela representação legal da sociedade comercial envolvida. 6. *Habeas corpus indeferido*.

(*Habeas corpus* 86.294 — SP, Segunda Turma, RTJ 197, pp. 328/340)

153

Jurisprudência Cível

—Agravamento regimental. Decisão singular que negou seguimento a recurso extraordinário ante a ausência de prequestionamento dos dispositivos constitucionais tidos por violados. Alegada oposição de embargos de declaratórios que teria suprido a ausência do requisito.

Os embargos de declaração apenas suprem a falta de prequestionamento quando a decisão embargada tenha sido efetivamente omissa a respeito de questão antes suscitada. Neste sentido, entre outros, o AI 502.659-AgR, Relator Ministro Sepúlveda Pertence.

Caso em que o agravante suscitou originariamente, nos embargos de declaração, a alegada ofensa ao texto constitucional.

Patente a falta de prequestionamento.

Agravamento regimental ao qual se nega provimento.

(Agravamento Regimental no Recurso Extraordinário 429.476—BA, Primeira Turma, RTJ 198, pp. 828/830)

169

— *Agravo de instrumento de indeferimento de recurso extraordinário: quando gera preclusão a decisão que o provê.*

1. A decisão que provê o agravo de instrumento interposto da sua denegação no Tribunal *a quo* não gera preclusão quanto à admissibilidade do recurso extraordinário, que apenas manda processar (Súmula 289): por isso, é irrecurável e dispensa maior fundamentação.

2. A mesma decisão, contudo, gera preclusão, se não recorrida, no tocante à admissibilidade e à regularidade processual do próprio agravo de instrumento que provê.

3. Precedente (AI 466.032-AgR, 19-8-2004, Pleno, *Pertence*, DJ de 18-3-2005).

(Agravo Regimental no Agravo de Instrumento 497.450 — SP, Primeira Turma, RTJ 199, pp. 419/420)

173

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Jurisprudência Criminal

— **EMENTA:** Suspensão do processo em caso de desclassificação (possibilidade).

1. Ainda que a desclassificação da infração penal se verifique na superior instância, há de haver oportunidade para que se invoquem os institutos previstos na Lei n. 9.099, de 1995.

2. Precedentes do Superior Tribunal.

3. **Habeas corpus** deferido em parte.

(*Habeas Corpus* n. 39.473-PB, Registro n. 2004/0159300-4, Sexta Turma, RSTJ 201, pp. 620/622, DJ 08.08.2005)

175

— **EMENTA:** Constitucional e Processual Penal. **Habeas corpus.** Pedido de liminar deferido. Testemunha que figura como ré em processo conexo. Garantia contra a auto-incriminação. Concessão definitiva da ordem. Não obstante tenha a testemunha a obrigação de comparecer em juízo e de responder a todos os questionamentos que lhe forem feitos, há de ressaltar aquelas perguntas cujas respostas poderão servir para sua incriminação em outro(s) processo(s).

O ordenamento jurídico brasileiro garante às testemunhas a prerrogativa contra a auto-incriminação.

Liminar confirmada, ordem concedida.

(*Habeas Corpus* n. 46.996-RS, Registro n. 2005/0136651-4, Segunda Turma, RSTJ 201, pp. 202/204, DJ 06.03.2006)

179

— EMENTA: Recurso especial. Penal. Competência. Crimes contra a flora. Inexistência de lesão a bens, serviços ou interesses da União. Competência da Justiça Comum Estadual.

Esta colenda Corte Superior de Justiça já decidiu que inexistindo, em princípio, qualquer lesão a bens, serviços ou interesses da União (art. 109 da CF), afasta-se a competência da Justiça Federal para o processo e o julgamento de crimes cometidos contra o meio ambiente, aí compreendidos os delitos praticados contra a fauna e a flora (CC n. 27.848-SP, Terceira Seção, Relator Ministro Hamilton Carvalhido, DJ 19.02.2001).

A razão de ser de tal entendimento é que, em sendo a proteção ao meio ambiente matéria de competência comum da União, dos Estados e dos Municípios, e inexistindo, quanto aos crimes ambientais, dispositivo constitucional ou legal expresso sobre qual a Justiça competente para o seu julgamento, tem-se que, em regra, o processo e o julgamento dos crimes ambientais são de competência da Justiça Comum Estadual.

Recurso desprovido.

(Recurso Especial n. 669.119-PA, Registro n. 2004/0080655-0, Quinta Turma, RSTJ 199, pp. 544/550, DJ 21.03.2005)

183

Jurisprudência Cível

— EMENTA: Processo Civil. Recurso especial. Inventário convertido em arrolamento de bens. Companheira de homem casado. Ajuizamento de ação de reconhecimento de sociedade de fato. Suspensão do inventário. Inadmissibilidade. Reserva de bens. Possibilidade. Natureza cautelar. **Fumus boni iuris** e **periculum in mora**. Requisitos não demonstrados.

1. Não há que se falar em suspensão do processo de inventário, convertido em arrolamento de bens, até o julgamento da ação de reconhecimento de sociedade de fato ajuizada por suposta companheira do **de cujus**. Inaplicabilidade do art. 1.000 do CPC.

2. Precedente (CC n. 31.933-MS).

3. É possível a reserva de bens em favor de suposta companheira de homem casado no processo de inventário deste, na proporção de sua participação para a formação do patrimônio. Interpretação do art. 1.001 do CPC.

4. Precedente (REsp n. 423.192-SP).

5. A reserva de bens, em poder do inventariante, até o deslinde da ação de reconhecimento de sociedade de fato tem natureza cautelar, sendo indispensáveis os requisitos de **fumus boni iuris** e **periculum**

in mora, ora não demonstrados. Ademais, apreciar a existência de tais requisitos implica, necessariamente, o reexame do material fático-probatório apresentado nos autos, o que encontra óbice na Súmula n. 7 desta Corte.

6. Precedentes (REsp ns. 423.192-SP, 34.323-MG, 17.806-MG).

7. Recurso não conhecido.

(Recurso Especial n. 310.904-SP, Registro n. 2001/0031074-5, Quarta Turma, RSTJ 201, pp. 431/437, DJ 28.03.2005) 189

— EMENTA: Civil. Promessa de compra e venda de imóvel construído. Inadimplemento. Código de Defesa do Consumidor. Rescisão do contrato. Restituição das quantias pagas.

O devedor, inadimplente em virtude de onerosidade excessiva, seja por desequilíbrio resultante da desvalorização da moeda ou de critérios para atualização das prestações, pode pleitear a rescisão do contrato. Majoração da retenção, tendo em vista as peculiaridades da espécie. Recurso parcialmente conhecido e, nessa extensão, provido.

(Recurso Especial n. 508.831-MG, Registro n. 2003/0005222-1, Quarta Turma, RSTJ 201, pp. 444/449, DJ 20.03.2006) 197

NOTICIÁRIO

— Marfan Martins Vieira eleito na Amperj	205
— Posse do novo presidente do CNPG	205
— MP inaugurou sede em Três Rios	206
— MP homenageia funcionário que ganhou medalha de ouro em Pequim	207
— MP ganhou sede própria em Macaé	208
— Eleição do Conselho Superior do MP	209
— MPRJ recebeu Prêmio Innovare 2008	210
— Obra da garagem do MP preservou patrimônio arqueológico	211
— Debate entre candidatas a PGJ	212
— Eleição para PGJ	212
— Solenidade Comemorativa do “Dia Nacional do Ministério Público”	213
— Dia Nacional do Ministério Público	214
— Novos Procuradores de Justiça	215

— Vitaliciamento	216
— Aposentadorias	216
— Lista de Antiguidade dos Membros do Ministério Público (em 31/12/2008)	217
— Lista dos Membros Inativos do Ministério Público (em 31/12/2008)	241
— Ministro do Superior Tribunal de Justiça oriundo do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (em 31/12/2008)	253
— Desembardadores do Tribunal de Justiça oriundos do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (em 31/12/2008)	253

REVISTA DOS TRIBUNAIS

Ano 98 • volume 885 • julho 2009 • p. 1-800

Repositório autorizado de
Jurisprudência

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Proc. 33/85 – DDID
(DJU 23.10.1985, p. 18.861),
registrado sob n. 006/85

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Port. n. 8, de 31.05.1990
(DJU 06.06.1990, p. 5.171).

PUBLICAÇÃO OFICIAL DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia,
Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás,
Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do
Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná,
Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande
do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia,
Roraima, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe,
Tocantins.

TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS

1.ª, 2.ª, 4.ª e 5.ª Regiões

TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR

São Paulo

Central de Relacionamento RT
(atendimento, em dias úteis, das 8 às 17 horas)
Tel.: 0800-702-2433
www.rt.com.br

EDITORA 
REVISTA DOS TRIBUNAIS

FASCÍCULO 1 – MATÉRIA CIVIL

DOCTRINA CIVIL

Primeira Seção

- Os papéis da álea e da garantia no contrato de seguro: uma visão das leis portuguesa e brasileira
ADALBERTO PASQUALOTTO..... 9
- A recepção do incumprimento antecipado no direito brasileiro: configuração e limites
JUDITH MARTINS-COSTA..... 30

Segunda Seção

- Exercício do direito e suas limitações: abuso do direito
TERESA ANCONA LOPEZ..... 49

Terceira Seção

- O controle de constitucionalidade das omissões administrativas por via de ação direta
REINALDO PEREIRA E SILVA 69
- A ortotanásia: uma análise a respeito do direito de morrer com dignidade
GISELE DE LOURDES FRISO 130

JURISPRUDÊNCIA GERAL CIVIL

Publicação Oficial

1.Superior Tribunal Federal.....	155
2.Superior Tribunal de Justiça	178
3.Tribunal de Justiça de São Paulo	241
4.Juстиça dos Estados.....	266
Tribunal de Justiça do Acre.....	266
Tribunal de Justiça do Amapá.....	270
Tribunal de Justiça da Bahia	273
Tribunal de Justiça do Distrito Federal	280
Tribunal de Justiça de Goiás	290
Tribunal de Justiça do Maranhão	294
Tribunal de Justiça do Mato Grosso	298
Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul	303
Tribunal de Justiça de Minas Gerais.....	308
Tribunal de Justiça do Pará	315
Tribunal de Justiça do Paraná.....	319
Tribunal de Justiça de Pernambuco.....	323
Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro	327
Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte	332
Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul	340
Tribunal de Justiça de Rondônia	347
Tribunal de Justiça de Roraima	352
Tribunal de Justiça de Santa Catarina.....	356
5.Tribunais Regionais Federais.....	360
1.ª Região.....	360
2.ª Região.....	372
4.ª Região.....	379
5.ª Região.....	390

FASCÍCULO 2 – MATÉRIA PENAL

DOCTRINA PENAL

Primeira Seção

O crime de violação de sepultura no direito brasileiro HUGO NIGRO MAZZILLI	397
---	-----

Segunda Seção

Debate sobre los retos de la criminología empírica MARÍA NIEVES MARTÍNEZ FRANCISCO	425
---	-----

Terceira Seção

Prevenir o crime organizado: inteligência policial, democracia e difusão do conhecimento RODRIGO CARNEIRO GOMES	446
--	-----

TENDÊNCIAS JURISPRUDENCIAIS PENAIS

1. Jurisprudência Seleccionada.....	471
-------------------------------------	-----

JURISPRUDÊNCIA GERAL PENAL

Publicação Oficial

1. Supremo Tribunal Federal	479
2. Superior Tribunal de Justiça	525
3. Tribunal de Justiça de São Paulo	568

4. Justiça dos Estados.....	604
Tribunal de Justiça do Acre.....	604
Tribunal de Justiça da Bahia.....	607
Tribunal de Justiça do Distrito Federal.....	612
Tribunal de Justiça de Goiás.....	619
Tribunal de Justiça do Maranhão.....	624
Tribunal de Justiça de Mato Grosso.....	627
Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.....	632
Tribunal de Justiça de Minas Gerais.....	636
Tribunal de Justiça do Paraná.....	651
Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.....	665
Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte.....	672
Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.....	675
Tribunal de Justiça de Rondônia.....	681
Tribunal de Justiça de Roraima.....	684
Tribunal de Justiça de Santa Catarina.....	687
Tribunal de Justiça de Sergipe.....	697
5. Tribunais Regionais Federais.....	700
1.ª Região.....	700
2.ª Região.....	711
4.ª Região.....	721
5.ª Região.....	730
6. Tribunal de Justiça Militar de São Paulo.....	739

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO

Matéria Civil.....	751
Matéria Penal.....	777
Normas de publicação para os autores.....	799